



**COOPERALIANÇA**  
Energia para o Desenvolvimento

ISO 9001  
GESTÃO DA QUALIDADE

2010



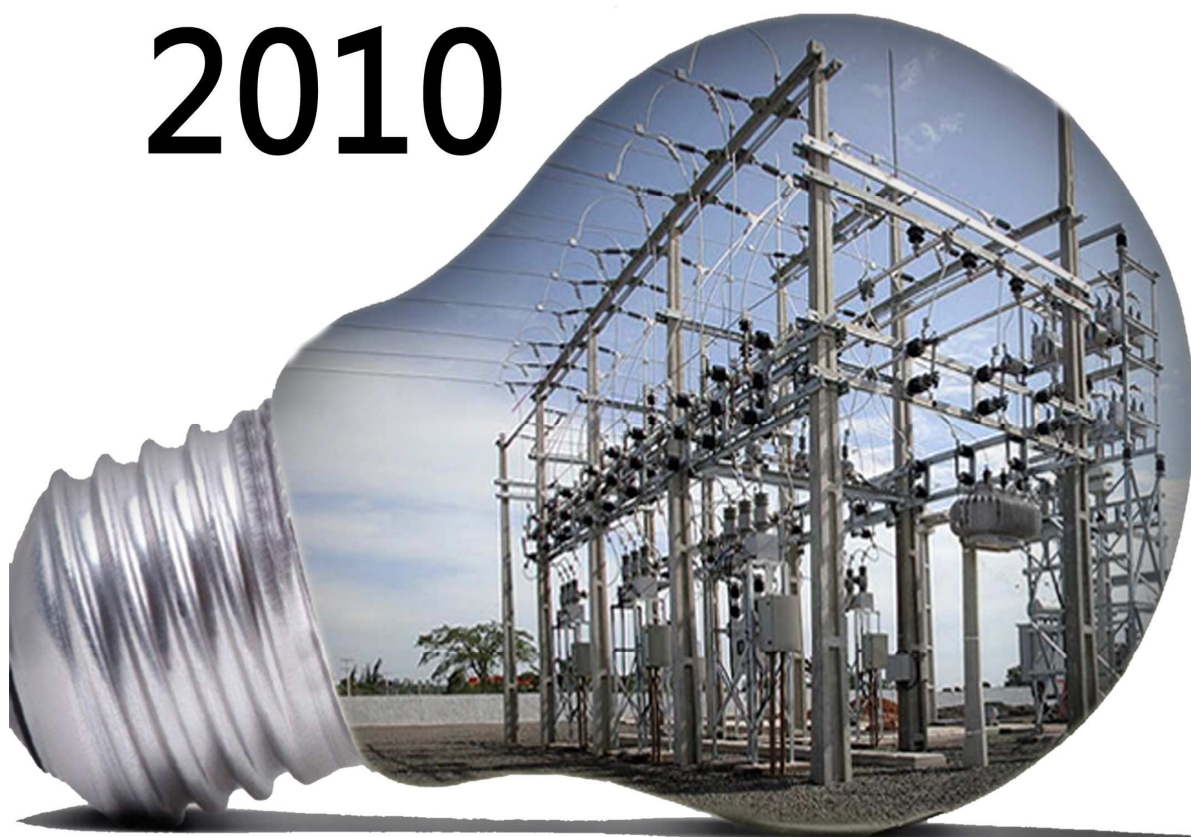
**Relatório do Conselho  
de Administração**



**COOPERALIANÇA**  
Energia para o Desenvolvimento

# Relatório do Conselho de Administração

# 2010



Cooperativa Aliança - Cooperaliança  
Rua Ipiranga - 333, Centro, Içara - SC  
CEP: 88820-000  
CNPJ: 83.647.990/0001-81  
Inscrição Estadual: 251.095.800  
[www.cooperalianca.com.br](http://www.cooperalianca.com.br)  
[cooperalianca@cooperalianca.com.br](mailto:cooperalianca@cooperalianca.com.br)

## ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	6	3.6	Área de concessão.....	21
CARTA DO PRESIDENTE .....	7	4	DESEMPENHO COMERCIAL .....	22
1 CONJUNTURA ECONÔMICA.....	8	4.1	Construções de redes.....	22
1.1 Ambiente macroeconômico.....	8	4.2	Serviços Executados – Instalações de Transformadores.....	23
1.2 Ambiente Regulatório.....	8	4.3	Loteamentos.....	23
1.3 Tarifas de Energia.....	11	4.4	Vistorias.....	24
1.4 Investimento Remunerável .....	11	4.5	Iluminação Pública .....	24
2 DESEMPENHO OPERACIONAL .....	12	4.6	Plantão 24 horas .....	24
2.1 Distribuição de energia elétrica.....	12	4.7	Aferições de medidores.....	24
2.2 Ligações de Consumidores.....	12	4.8	Análise de Projetos Elétricos.....	24
2.3 Comportamento do mercado .....	13	4.9	Balanco Energético - Janeiro/2010 = Dezembro/2010.....	24
2.4 Distribuição direta por classe de consumo .....	13	4.10	Conclusão:.....	24
2.5 Receita .....	14	5	PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2011 .....	25
2.6 Tarifas .....	15	5.1	Suprimento de Energia.....	25
2.7 Qualidade do fornecimento.....	16	5.1.1	Içara – Linha de Transmissão 69 KV e Subestação 20/26 MVA.....	25
2.8 Tecnologia da informação.....	16	5.1.2	Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica .....	25
2.9 Novos negócios.....	16	5.2	Alimentadores: Características Técnicas e Operacionais .....	25
2.10 Desempenho econômico-financeiro .....	17	5.2.1	Alimentador Iça- 02 .....	25
2.11 Investimentos .....	17	5.2.2	Alimentador Iça-03 .....	25
2.12 Captações de recursos .....	17	5.2.3	Alimentador Iça- 04 .....	26
2.13 Valor adicionado .....	17	5.2.4	Alimentador Iça- 05 .....	26
2.14 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras .....	18	5.2.5	Alimentador Iça-07 .....	26
2.15 Composição das quotas do capital social .....	18	5.2.6	Alimentador JVA- 01 .....	26
2.16 Comportamento do preço das quotas... 18		5.3	Planejamentos de Obras dos Alimentadores. ....	26
2.17 Atendimento aos associados e consumidores.....	18	5.4	Planejamento: Rede Baixa Tensão.....	27
3 GESTÃO .....	19	5.5	Aquisição de Equipamentos.....	27
3.1 Planejamento Empresarial.....	19	6	AUDITORES INDEPENDENTES.....	28
3.2 Recursos Humanos.....	19	7	AGRADECIMENTOS .....	29
3.3 Responsabilidade Social.....	19		DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	30
3.4 Responsabilidade Ambiental.....	19		Balanco Patrimonial - Ativo.....	30
3.5 Concessionária em números .....	20		Balanco Patrimonial - Passivo.....	31
3.5.1 Atendimento .....	20		Demonstração do Resultado.....	32
3.5.2 Mercado .....	20		Demonstração do Resultado.....	33
3.5.3 Dados Operacionais .....	20		Demonstração do Resultado Abrangente.....	34
3.5.4 Dados Financeiros .....	20			
3.5.5 Indicadores de Desempenho .....	21			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	35	20 IMOBILIZADO .....	47
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	36	20.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica .....	48
Demonstração do Valor Adicionado - DVA.....	37	20.2 Aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão/Permissão .....	48
NOTAS EXPLICATIVAS.....	38	21 INTANGÍVEL .....	49
1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	38	22 DIFERIDO .....	49
2 DA CONCESSÃO .....	38	23 FORNECEDORES .....	49
3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	38	24 FOLHA DE PAGAMENTO .....	49
4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	39	25 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	49
5 ATIVO E PASSIVO REGULATÓRIO.....	41	26 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	50
5.1 Ativo Regulatório RH 428.....	42	26.1 CIRCULANTE.....	50
5.2 Passivo Regulatório RH 428.....	42	26.2 NÃO CIRCULANTE.....	50
5.3 Conta de Compensação da “parcela A”.....	42	27 CREDORES DIVERSOS .....	51
6 DISPONIBILIDADES .....	42	28 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS .....	51
6.1 Numerário em Trânsito .....	43	29 ENCARGOS DO CONSUMIDOR .....	51
7 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO .....	43	30 OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	51
8 CONSUMIDORES .....	43	31 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO.....	51
9 RENDAS A RECEBER .....	44	32 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS .....	52
10 DEVEDORES DIVERSOS.....	44	32.1 Fiscais.....	52
11 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR.....	45	32.2 Trabalhistas.....	52
12 ESTOQUE .....	45	33 DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS .....	52
13 PREMIO DE SEGUROS .....	45	34 PATRIMONIO LÍQUIDO.....	53
14 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS .....	45	34.1 Capital social .....	53
15 OUTROS CRÉDITOS .....	46	34.2 Aplicação do ICPC 14 – Quotas de Cooperados em Entidades Cooperativas .....	53
16 SERVIÇOS EM CURSO .....	46	34.3 Reservas de capital.....	53
17 DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	46	34.4 Reserva de sobras .....	53
18 CONTA DE RESULTADO A COMPENSAR – CRC .....	46	35 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	54
19 INVESTIMENTOS.....	47	36 RECEITA OPERACIONAL.....	54
		36.1 Fornecimento energia elétrica.....	54
		36.2 Uso do sistema de distribuição .....	54
		36.3 Arrendamentos e aluguéis .....	55

36.4 Serviço .....	55	50.2 FATORES DE RISCO .....	60
37 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL .....	55	50.3 GERENCIAMENTO DE RISCOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	61
37.1 Impostos.....	55	51 EVENTOS SUBSEQUENTES .....	61
37.2 Encargos do Consumidor.....	55	PARECER DO CONSELHO FISCAL .....	62
38 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA..	55	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	63
39 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO .....	56	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	64
40 DESPESAS OPERACIONAIS .....	56	BALANÇO SOCIAL – 2010.....	64
41 RESULTADO FINANCEIRO.....	56	ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE.....	64
42 Outras receitas/Outras despesas .....	57	PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE.....	64
43 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	57	FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO ....	64
44 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS.....	57	PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D.....	65
45 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS .....	58	PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE.....	65
46 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.....	58	DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2010 .....	67
47 SEGUROS .....	58	DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2010 .....	68
48 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*) .....	58	EDITAL DE CONVOCAÇÃO .....	69
49 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE.....	58	ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	71
50 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS .....	59	PARTICIPAÇÕES.....	75
50.1 CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	59		

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### SENHORES ASSOCIADOS,

Em cumprimento às determinações legais, e estatutárias, a administração da Cooperativa Aliança submete a apreciação, relatório das principais atividades do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. Em conjunto, demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societárias brasileiras, comparadas ao mesmo período de 2009, acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal e auditores independentes acrescida do Balanço Social.

Também apresentamos as demonstrações contábeis regulatórias na forma proposta pelo poder concedente (Aneel) para atender as normas do Setor Elétrico Brasileiro. Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado - DVA, instrumentos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Aliança à sociedade, associados e consumidores.

Além da Ata da Assembléia Geral Ordinária que aprovou as informações contábeis referentes ao exercício de 2010.

## CARTA DO PRESIDENTE

### CENÁRIO

A Cooperaliança cresceu e cresce a cada dia. Com a energia que distribui, gera desenvolvimento para uma região inteira há 47 anos. Desenvolve um trabalho transparente e de qualidade através de seus colaboradores, extraindo deles, ao máximo, os conhecimentos técnicos e gerenciais.

A nossa demanda de energia elétrica, por conta da implantação de unidades produtivas em toda a nossa área de concessão, fez com que a venda de MWH tivesse um crescimento de 10,09% em relação ao exercício de 2009. Foram vendidos 157.5121 MWH.

E se falando em consumo, o maior desempenho, em relação ao ano anterior (2009) foi o da classe Rural, que apresentou um crescimento de 14,12%. A classe Poderes Públicos teve um crescimento de 12,47%, e a classe Comercial apresentou um índice 11,68%.

Em 2010 a Cooperaliança aplicou R\$ 13.686 mil entre aquisição de veículos, adequações nas instalações prediais, desenvolvimento profissional dos colaboradores e construção de uma subestação de 69 KV. Tudo isso visando o atendimento ao crescimento de mercado, e a melhoria operacional do sistema elétrico da empresa.

O maior investimento já realizado na história da empresa, a construção da Subestação Rincão Cooperaliança, já é realidade. Quase R\$ 12 milhões captados através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) foram aplicados na construção da Subestação e da Linha de transmissão, ambas em fase de finalização. O investimento vai garantir maior capacidade de distribuição de energia, conquistando, assim, um fornecimento seguro e de qualidade pelos próximos 30 anos.

Fomos, em 2009, a primeira Cooperativa Concessionária prestadora de Serviço de Distribuição de Energia Elétrica no Brasil a ter o Sistema de Gestão da Qualidade com certificado de qualidade ISO 9001 versão 2000. Em 2010 a Cooperaliança foi a primeira Concessionária prestadora de Serviço de Distribuição de Energia Elétrica de Santa Catarina a receber certificado ISO no setor Comercial.

Em agosto de 2010 a Agência Nacional de Energia Elétrica, a ANEEL, autorizou o Índice de Reajuste Tarifário (IRT) da Cooperaliança. Com as novas tarifas em vigor, os consumidores de energia em Alta Tensão (AT) tiveram um impacto médio na tarifa de 12,65%. Os que dependem da energia em Baixa Tensão (BT) o efeito foi de 7,94%. Já os consumidores classificados como Baixa Renda (BR), o reajuste foi de 0,97%.

O comprometimento social pode ser avaliado pelas atividades apresentadas no Balanço Social, que demonstra o caráter de empresa cidadã com envolvimento nas principais atividades desenvolvidas nos municípios de sua área de concessão.

A meta da administração continua: Buscar incessantemente melhores condições sociais e de fornecimento ao grupo de associados e consumidores de sua área de atuação, com tarifas reduzidas de forma a promover o desenvolvimento.

# 1 CONJUNTURA ECONÔMICA

## 1.1 Ambiente macroeconômico

No ano de 2010, o Brasil manteve a aceleração de sua economia, no sentido de não se abater pela crise financeira mundial que estourou em 2008. Assim, neste ano, o país deu continuidade às medidas traçadas de diminuição de juros, impostos e outros incentivos, o que colaborou com quase todas as áreas econômicas.

Na área de atuação da concessionária (distribuição de energia) os efeitos macroeconômicos não foram diferentes e apresentaram efeitos expressivos, representando crescimento de consumo que atingiu um índice de 10,09% representando um crescimento superior ao esperado para o ano de 2010.

## 1.2 Ambiente Regulatório

As principais ocorrências no âmbito regulatório estão citadas a seguir:

### **LEI Nº 12.212 de 20/01/2010 publicado em 21/01/2010.**

“Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; e altera inciso I, III, V e parágrafo. único do art. 1º da Lei 9.991 de 24.07.2000; altera parágrafo. 1º do art. 1º, alínea C do inciso I e alínea I do inciso II do art. 3º, e revoga os parágrafo. 5º, 6º e 7º art. 1º 10.438 de 26.04.2002; e dá outras providências”.

### **DEC - DECRETO Nº 7355 de 05/11/2010 publicado em 08/11/2010.**

“Acrescenta o art. 22-A do Decreto 7.246 de 28.07.2010, que regulamenta a Lei 12.111 de 09.12.2009, que dispõe sobre serviço de energia elétrica dos sistemas isolados e as instalações de transmissão de interligações internacionais no sistema interligado nacional – SIN”.

### **DEC - DECRETO Nº 7324 de 05/10/2010 publicado em 06/10/2010.**

“Altera a redação dos art. 1º do Decreto 4.873 de 11.11.2003, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos”.

### **DEC - DECRETO Nº 7317 de 28/09/2010 publicado em 29/09/2010.**

“Altera a redação dos art. 3º, 18, 24 e 27 do Decreto 5.163 de 30.07.2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, bem como revoga o parágrafo. 5º, do art. 36 do Decreto 5.163 de 30.07.2004, e o art. 6º do Decreto 5.911 de 27.09.2006, somente a parte que altera o parágrafo. 1º do art. 24 do Decreto 5.163 de 30.07.2004”.

### **DEC - DECRETO Nº 7129 de 11/03/2010 publicado em 12/03/2010.**

“Altera a redação do art. 54º do Decreto 5.163 de 30.07.2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica”.

### **DEC - DECRETO Nº 7093 de 02/02/2010 publicado em 03/02/2010.**

“Dispõe sobre suprimento de energia elétrica nos Sistemas Isolados, por meio de licitação, visando suprir a totalidade dos mercados das concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de distribuição de energia elétrica”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 334, DE 21 DE OUTUBRO DE 2008.**

“Regulamenta o art. 3º, inciso XIII, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o qual trata dos controles prévio e *a posteriori* sobre atos e negócios jurídicos entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas, revoga a Resolução nº 22, de 4 de fevereiro de 1999, e altera o art. 7º da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 396 de 23/02/2010 publicado em 08/03/2010.**

“Institui a contabilidade regulatória, e passa o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, a finalidade das práticas e orientações contábeis, às concessionárias e permissionárias de serviço público de transmissão e distribuição de energia elétrica; e revoga todas as demais disposições em contrário”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 397 de 02/03/2010 publicado em 10/03/2010.**

“Altera o art. 14, incluindo o parágrafo 10, da Resolução 223 de 29.04.2003, referente aos critérios de aplicação de penalidades, estabelecidos pelo não cumprimento, por parte das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, das metas estabelecidas para o Programa de Universalização”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 398 de 23/03/2010 publicado em 29/03/2010.**

“Regulamenta a Lei 11.934 de 05.05.2009, no que refere-se aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica na frequência de 60 Hz”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 400, DE 13 DE ABRIL DE 2010.**

“Estabelece as regras para a contratação do acesso temporário aos sistemas de distribuição de energia elétrica”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 403, DE 29 DE JUNHO DE 2010.**

“Inclui o parágrafo 21-A ao Item 1.8 do Anexo IV da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 407, DE 27 DE JULHO DE 2010.**

“Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 408, DE 3 DE AGOSTO DE 2010.**

“Altera o art. 5º e inclui os arts. 17 e 18 na Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 410, DE 24 DE AGOSTO DE 2010.**

“Regulamenta o art. 6º da Lei nº 12.111, de 2009, que determina o ressarcimento a Estados e Municípios com perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 414 de 09/09/2010 publicado em 15/09/2010.**

“Estabelece as disposições atualizadas e consolidadas, relativas as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, a serem observadas na prestação e utilização do serviço público de energia elétrica, tanto pelas concessionárias e permissionárias quanto pelos consumidores; revoga as portarias DNAE 025/1980”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 416, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2010.**

“Altera a redação do art. 223 da Resolução Normativa nº 414, de 09 de setembro de 2010”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 418, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010.**

“Retifica a Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 2010”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 419, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.**

“Altera a Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 2010”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 422, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010.**

“Exclui-se do prazo estabelecido no inciso II, do item 6.8, das Instruções Gerais de Controle Patrimonial – IG, as empresas que têm revisão tarifária em 2011 e primeiro trimestre de 2012, e dispensa essas concessionárias de enviar o Relatório de Controle Patrimonial – RCP, no prazo fixado neste mesmo item 6.8”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 423 de 14/12/2010 publicado em 31/12/2010.**

“Altera o parágrafo único, art. 27 da REN ANEEL 334 de 21.10.2008, que trata da validade dos contratos ou aditivos vigentes, com possibilidades de prorrogação que não poderão ultrapassar 03 anos”.

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 424, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010**

“Aprova a Revisão 2 dos Módulos 1, 2, 3, 5, 6, e 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST, e dá outras providências”.

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 945, DE 2 DE MARÇO DE 2010.**

“Estabelece, nos termos das Leis nº. 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 12.212, de 20 de janeiro de 2010, condições provisórias para aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE à Subclasse Residencial Baixa Renda, e homologa a Tarifa Social de Energia Elétrica para as concessionárias e permissionárias que especifica”.

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.037, DE 3 DE AGOSTO DE 2010.**

“Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, estabelece a receita anual das instalações de conexão, homologa as tarifas de suprimento aplicáveis à Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA, Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda – IENERGIA, Empresa Força e Luz João Cesa Ltda – JOÃO CESA e Empresa Força e Luz de Urussanga Ltda – EFLUL, e fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, referentes à Celesc Distribuição S.A”.

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.041, DE 10 DE AGOSTO DE 2010.**

“Homologa as tarifas de fornecimento de energia elétrica e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD e fixa o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, referentes à Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA”.

## **RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.058, DE 9 DE SETEMBRO DE 2010.**

“Homologa o valor do custo administrativo previsto no art. 131 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010, para as distribuidoras de energia elétrica”.

## **RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 2.134, DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.**

“Estabelece os limites de continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, nos seus aspectos de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, para os conjuntos de unidades consumidoras da área de concessão da Cooperativa Aliança - COOPERALIANÇA, para o período 2011-2013”.

### **1.3 Tarifas de Energia**

As tarifas de fornecimento de energia elétrica foram reajustadas de acordo com o processo de IRT (Índice de Reajuste Tarifário), do ano de 2010. O resultado desse reajuste chegou a um índice de 9,75% sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período de vigência de 14 de agosto de 2010 à 13 de agosto de 2011. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória Nº 1.041/2010.

### **1.4 Investimento Remunerável**

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS - e almoxarifado de operação. Deduzida às obrigações, vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71) determina que a sociedade não possui fins lucrativos:

*Capítulo II  
Das Sociedades Cooperativas.*

*Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.*

Sustentado na lei cooperativista a cooperativa não tem fins lucrativos, isso determinou a exclusão da base de remuneração o patrimônio líquido que representa o capital próprio para fins de remuneração de investimentos.

## 2 DESEMPENHO OPERACIONAL

### 2.1 Distribuição de energia elétrica

A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em 04 dos 293 municípios do Estado, atendendo 31.744 consumidores cativos, instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

A meta da administração, substanciada em seu planejamento estratégico, é buscar melhores condições de fornecimento de energia elétrica, atendendo, assim, o lado social do grupo de associados e consumidores de sua área de atuação, com tarifas módicas e reduzidas. Desta forma, viabilizar a competitividade do processo produtivo e o desenvolvimento das diversas áreas sociais.

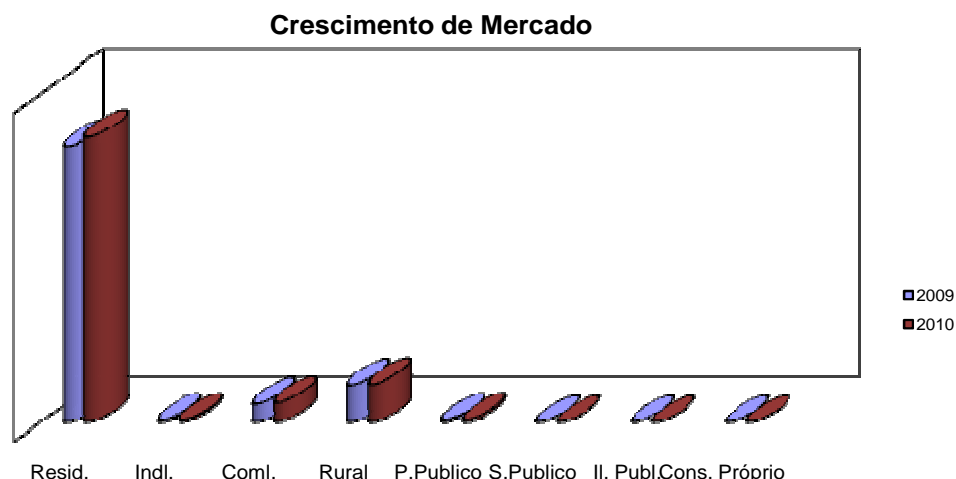
### 2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2010 apresentou um crescimento de 3,28% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2010	2009	%
Residencial	26.092	25.245	3,36
Industrial	194	189	2,65
Comercial	1.772	1.683	5,29
Rural	3.437	3.389	1,42
Poder público	224	208	7,69
Iluminação pública	04	04	0,00
Serviço público	13	12	8,33
Consumo próprio	08	07	14,29
<b>TOTAL</b>	<b>31.744</b>	<b>30.737</b>	<b>3,28</b>

Número de consumidores		
Classe	LIGAÇÕES	DESLIGAMENTOS
	2010	2010
Residencial	1.730	883
Industrial	12	7
Comercial	250	161
Rural	73	25
Poder público	26	10
Iluminação pública	0,00	0,00
Serviço público	01	0,00
Consumo próprio	02	01
<b>TOTAL</b>	<b>2.094</b>	<b>1.087</b>

Foram considerados somente desligamentos definitivos.



## 2.3 Comportamento do mercado

O mercado energético continua bastante atraente no âmbito de consumo, e aponta para uma perspectiva de crescimento de demanda resultante da previsão de crescimento nacional, e possível recuperação da crise econômica mundial que apresentara efeitos no ano de 2011, desta forma, promovendo o desenvolvimento social.

## 2.4 Distribuição direta por classe de consumo

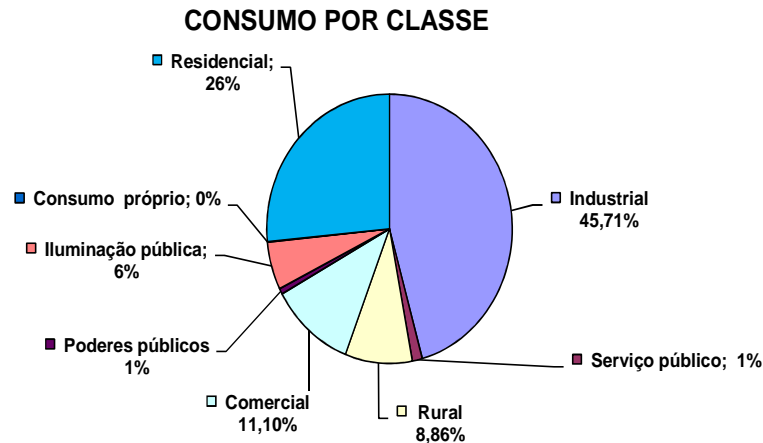
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, no ano 2010 foi de 157.512 MWH, registrando um crescimento de 10,09% em relação a 2009.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram a classe rural, poderes públicos e comercial.

A classe rural com incremento de 14,12% em relação a 2009. A classe poderes públicos contribuiu com o aumento de 12,47%, acompanhada da classe comercial com 11,68% em relação a 2009, resultante da implantação de novos empreendimentos das mais variadas atividades.

**Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:**

Classe	2010	2009	%
Residencial	41.752	38.323	8,95
Industrial	71.993	65.569	9,80
Comercial	17.484	15.655	11,68
Rural	13.951	12.225	14,12
Poderes Públicos	1.109	986	12,47
Serviços Públicos	2.055	1.934	6,26
Iluminação Pública	9.045	8.263	9,46
Consumo Próprio	123	116	6,03
<b>TOTAL</b>	<b>157.512</b>	<b>143.071</b>	<b>10,09</b>

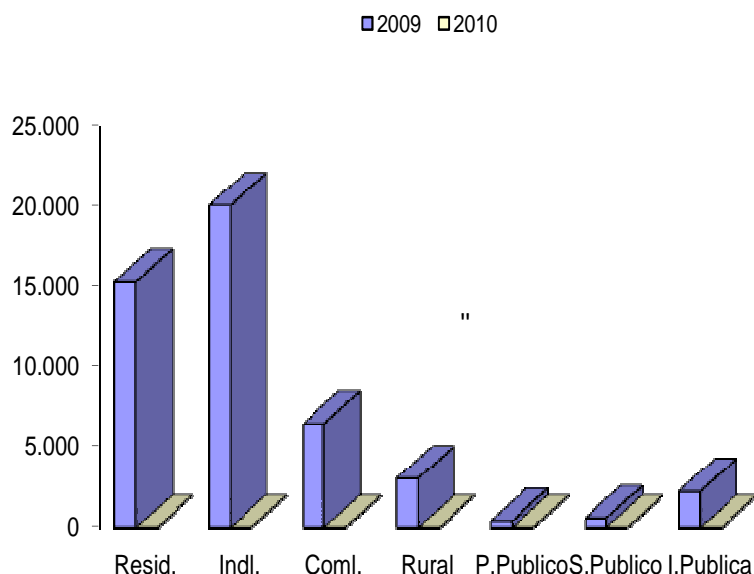


## 2.5 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 38.661 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2010	2009	%
Residencial	15.372	15.333	0,25
Industrial	21.414	20.070	6,70
Comercial	6.899	6.490	6,30
Rural	3.495	3.082	13,40
Poderes públicos	433	423	2,36
Iluminação pública	2.175	2.285	(4,81)
Serviço público	641	582	10,14
Consumo próprio	-	-	-
Compensação baixa renda	718	199	260,80
Passivo regulatório Res. 243	-	1.257	(100)
Renda não faturada	951	643	47,90
<b>Sub-Total</b>	<b>52.098</b>	<b>50.364</b>	<b>3,44</b>
Serviços	743	109	581,65
Arrendamentos e aluguéis	475	379	25,33
Conta de receita da "parcela A" - CVA	382	438	(12,79)
<b>Sub-total</b>	<b>53.698</b>	<b>51.290</b>	<b>4,69</b>
ICMS	(11.095)	(10.149)	9,32
PIS/COFINS	(241)	(215)	12,09
Devoluções	-	(561)	(100)
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(3.701)	(3.317)	11,58
<b>TOTAL</b>	<b>38.661</b>	<b>37.048</b>	<b>4,35</b>

## RECEITA LÍQUIDA



### 2.6 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro, foi de R\$ 259,80 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2010	2009
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	317,72	333,41
Industrial	226,80	228,77
Comercial	303,64	310,45
Rural	206,57	210,38
Poder público	326,68	343,16
Serviço público	239,41	225,32
Iluminação pública	183,12	192,50
Consumo próprio	274,47	359,46
<b>MÉDIA</b>	<b>259,80</b>	<b>275,43</b>

Composição da tarifa	Resid.	Indl.	Coml.	Rural	Poder Público	Ilumin. Pública	Outros
<b>Impostos</b>	<b>65,68</b>	<b>74,60</b>	<b>101,86</b>	<b>43,49</b>	<b>75,20</b>	<b>61,04</b>	<b>81,21</b>
PIS	0,68	0,02	0,31	0,15	1,03	0,00	0,13
COFINS	3,15	0,11	1,45	0,71	4,73	0,00	0,62
ICMS	61,85	74,47	100,10	42,63	69,44	61,04	80,46
<b>Taxas</b>	<b>23,41</b>	<b>23,41</b>	<b>23,41</b>	<b>23,41</b>	<b>23,41</b>	<b>23,41</b>	<b>23,41</b>
Fiscalização	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43
CCC	10,06	10,06	10,06	10,06	10,06	10,06	10,06
RGR	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75	1,75
CDE	8,81	8,81	8,81	8,81	8,81	8,81	8,81
PEE/P&D	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36
<b>Total custo/despesas</b>	<b>294,31</b>	<b>203,39</b>	<b>280,23</b>	<b>183,16</b>	<b>303,27</b>	<b>159,71</b>	<b>251,06</b>

Continua

## Conclusão

Custo da energia comprada	173,75	173,75	173,75	173,75	173,75	153,75	173,75
Despesas de pessoal	29,81	25,81	29,81	-	29,81	-	29,81
Outras despesas operacionais	90,75	3,83	76,67	9,41	99,71	5,96	47,50
<b>Tarifa bruta concessionária. (*)</b>	<b>383,40</b>	<b>301,40</b>	<b>405,50</b>	<b>250,06</b>	<b>401,88</b>	<b>244,16</b>	<b>355,68</b>

(\*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

## 2.7 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor).

Ano	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	2,75	4,02	2,94	5,04	0,44	0,24
Jaguaruna	8,47	6,63	6,20	7,81	0,36	0,42
Sangão	10,78	18,45	7,77	10,51	0,72	0,36
Ararangua	10,15	10,37	8,54	5,72	1,35	0,34

## 2.8 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infra-estrutura).

No ano de 2010, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de tecnologia da informação foram:

- Restauração de rede do prédio Administrativo.
- Aquisição de 03 (três) microcomputadores novos.
- Instalação de conversor de fibra óptica.

## 2.9 Novos negócios

No que diz respeito ao ramo empresarial em que atua, a principal meta da Cooperaliança é garantir que os consumidores recebam energia elétrica de qualidade. É por isso que a empresa preza, em todas as suas atividades, aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de produtos e serviços, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

Uma prova disso foi o investimento realizado em 2010 na implantação da subestação própria, a S.E.Rincão Cooperaliança, como forma de garantir o fornecimento de energia elétrica para os seus associados e consumidores pelos próximos 30 anos.

A obra se encontra em processo de finalização, aguardando somente a montagem do bay para conexão elétrica junto ao barramento de 69 KV na Subestação da CELESC.

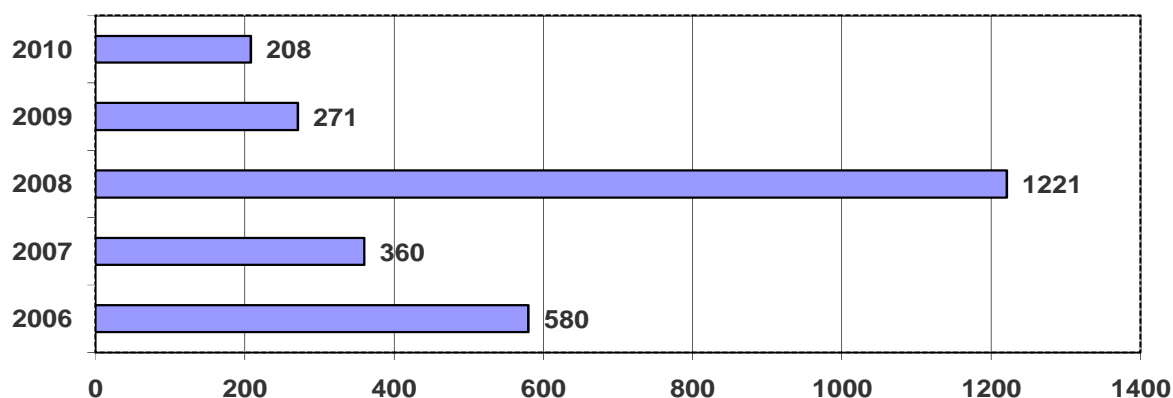
## 2.10 Desempenho econômico-financeiro

Em 2010, a sobra líquida à disposição da Assembléia Geral Ordinária é de R\$ 208 mil, contra R\$ 271 mil em 2009, com diminuição de (23,25)%, ocorrida pela redução da tarifa de energia elétrica na Revisão Tarifaria de agosto de 2009, nos quais os preços se mantiveram até julho de 2010 no IRT e pelo aumento do custo na compra de energia elétrica.

O Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição recebe anualmente 50% da sobras líquidas, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a reforma estatutária.

As despesas operacionais totalizaram em 2010 R\$ 11.470 mil, (1,33)% menores em relação à 2009, resultante de diminuição dos custos operacionais.

As sobras dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução abaixo:



## 2.11 Investimentos

Em 2010, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 13.686 mil, 708,87% superiores em relação a 2009, conforme a seguir:

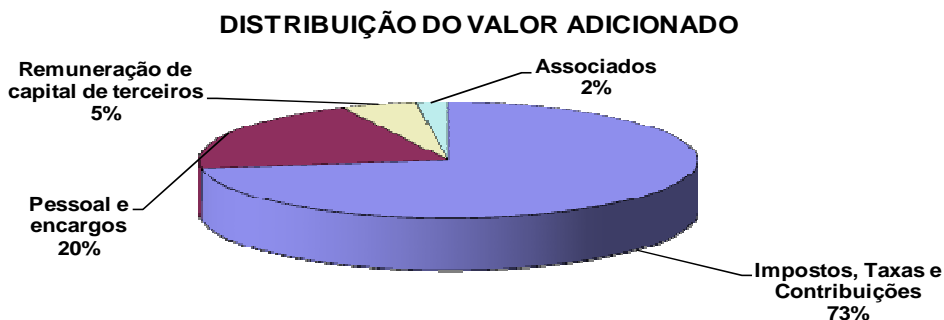
Investimentos - R\$ mil			
	2010	2009	%
Obras de Distribuição	13.686	1.692	708,87
<b>TOTAL</b>	<b>13.686</b>	<b>1.692</b>	<b>708,87</b>

## 2.12 Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a concessionária captou um total de R\$ 2.324 mil em recursos oriundos das sobras do exercício e fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição e 11.362 mil capitados através de cédula de crédito bancário junto ao Banco de Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

## 2.13 Valor adicionado

Em 2010, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 21.530 mil, representando 40,15% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



## 2.14 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, as quais foram totalmente destinadas ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

## 2.15 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social da concessionária era de R\$1.212 mil, composto por 1.211.760 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

## 2.16 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de outubro de 2010.

## 2.17 Atendimento aos associados e consumidores

Primando pela filosofia de manter-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a concessionária coloca à disposição o serviço de atendimento, instalado em sua sede social, sito a Rua Ipiranga, 333 – Içara – SC, e na Avenida Leoberto Leal 126, Balneário Rincão, Distrito do município de Içara – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis 24 horas, todos os dias da semana, pelos telefones: 0800-484040 pelo sistema Discagem Direta Gratuita (DDG). Através desse sistema é possível sanar dúvidas sobre faturamento, tarifas, solicitar serviços.

Em sua página na internet ([www.cooperalinca.com.br](http://www.cooperalinca.com.br)) é possível ter acesso às informações de cadastro e consumo, bem como, solicitação de serviços não emergenciais.

## **3 GESTÃO**

### **3.1 Planejamento Empresarial**

Nos últimos anos, a concessionária vem apresentando um crescimento admirável, e um dos fatores para esse desenvolvimento está diretamente ligado ao seu planejamento empresarial.

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo traçar linhas a serem seguidas. Com ele é possível prever mudanças e antecipar-se diante dos concorrentes e das ameaças internas, para assim aproveitar as oportunidades e obter o sucesso da organização.

Neste sentido, com uma visão estratégica e a elaboração de metas, a Cooperaliança vem atingindo seus objetivos administrativos, produtivos e comerciais, eliminando seus pontos fracos, aproveitando as oportunidades, e assim alcançando êxito em sua atividade.

### **3.2 Recursos Humanos**

Em 2010 a concessionária investiu R\$ 149 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores. Deste modo, visando manter a concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, e oferecer aos mesmos, oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico, e da política de treinamento de seu quadro técnico funcional, o quadro de empregados da concessionária não apresentou aumento significativo de colaboradores.

### **3.3 Responsabilidade Social**

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional comprometimento com o meio ambiente, e ainda, quando o termo Responsabilidade Social é posto em prática na mais conhecida das suas formas: através de ações sociais, voltadas para a educação, saúde, cultura e lazer.

### **3.4 Responsabilidade Ambiental**

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais. Durante todo o ano, realiza palestras em escolas e instituições abordando o tema economia de energia. Com o projeto Amigos da Economia, distribuiu 11 mil cartilhas nas escolas municipais e estaduais do município de Içara, pois entende que economizar energia, é economizar dinheiro e vida.

### 3.5 Concessionária em números

#### 3.5.1 Atendimento

	2010	2009	%
Número de consumidores	31.744	30.737	3,28
Número de empregados	113	108	4,63
Número de consumidores por empregado	281	285	(1,40)
Número de postos de atendimento	03	03	0,00

#### 3.5.2 Mercado

	2010	2009	%
Área de concessão (Km <sup>2</sup> )	569,21	569,21	0,00
Demanda máxima (MW)	31,479	30,556	3,02
Distribuição direta (MWH)	157.512	143.071	10,09
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,600	1,518	5,40
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	259,80	275,13	(5,57)
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	317,72	333,41	(4,71)
Industrial	226,80	228,77	(0,86)
Comercial	303,64	310,45	(2,19)
Rural	206,57	210,38	(1,81)
Poder Público	326,68	343,16	(4,80)
Serviços Públicos	239,41	225,32	6,25
Iluminação Pública	183,12	192,50	(4,87)
DEC (horas) – Conjunto – Içara	2,75	4,02	(31,59)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	2,94	5,04	(41,67)

#### 3.5.3 Dados Operacionais

	2010	2009	%
Número de subestações	01	-	100
Linhas de distribuição (km)	1.460	1.377	6,03
Capacidade instalada (MVA)	82,25	77,50	6,13

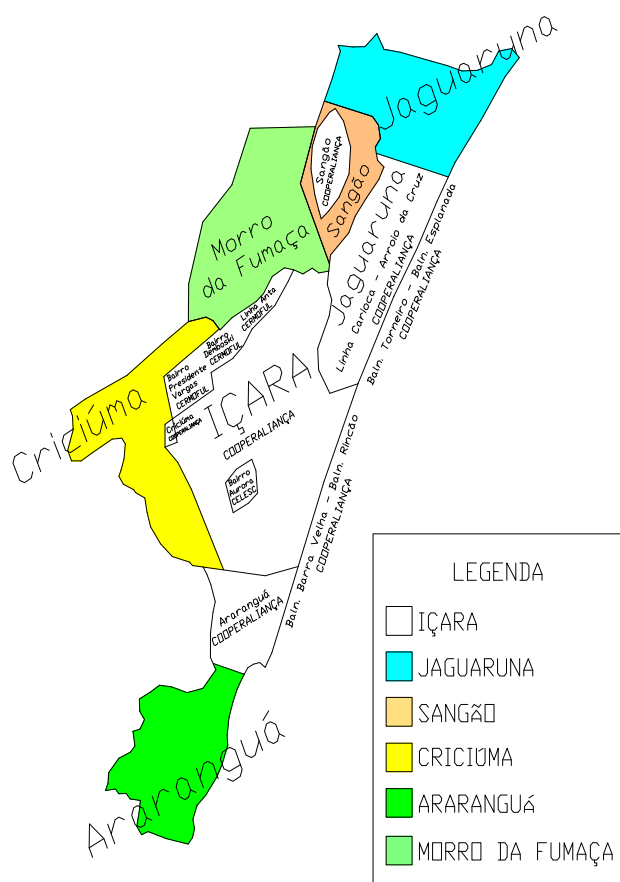
#### 3.5.4 Dados Financeiros

	2010	2009	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	53.698	51.290	4,69
Receita operacional líquida (R\$ mil)	38.661	37.048	4,35
Margem operacional do serviço líquida (%)	0,94	3,39	(72,27)
Sobras líquidas (R\$ mil)	208	271	(23,25)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	24.586	22.210	10,70
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	0,00
Endividamento do patrimônio líquido (%)	114,24	66,76	71,12
Em moeda nacional (%)	100	100	0,00

### 3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2010	2009	%
Salário médio dos funcionários em R\$	2.517	2.493	0,96
Energia comprada por funcionário em MWH	1,394	1,325	5,21
Energia comprada por Consumidor em MWH	4,96	4,65	6,67

### 3.6 Área de concessão



## 4 DESEMPENHO COMERCIAL

### 4.1 Construções de redes.

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Jaqueline			300	500
1º Maio			500	
Bal. Barra Velha		200	1.250	
Poço Três	800	600		
Sanga Funda	3.800	3.800	200	
Esplanada			600	1.200
Bal. Rincão	400	200	4.300	500
3º linha	400		550	
Liri	1.800	300	600	
Centro	100	100	200	
Lagoa Esteves	700	500	300	
Vila Nova	1.800	1.800	1.150	
Urussanga Velha	200		500	
Vila Alvorada	500		550	
Coqueiros	1.100	700	400	200
Cristo Rei	200		200	
4ª Linha	650	250	300	1.000
Santa Cruz	100		450	
Boa Vista	600	300	500	
Pedreiras	700	2.900	300	
Barracão	300		130	500
Vila São José			300	
Linha Pasqualine		500	300	600
Jardim Elizabeti			200	
Linha Três Ribeirões	1.050		500	700
Jussara	800	200	500	350
Esperança	200		200	
1ª Linha		200	450	
Rio Acima		150	100	
<b>Total</b>	<b>16.200</b>	<b>12.700</b>	<b>15.930</b>	<b>5.550</b>

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Bal. Esplanada	1.100		5.100	
Bal. Torneiro	200		500	
Arroio da Cruz			550	
Linha Carióca	500	500	400	
<b>Total</b>	<b>1.800</b>	<b>500</b>	<b>6.550</b>	

Município de Sangão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Sangão	700	800	300	
Pontão	300		200	
<b>Total</b>	<b>1.000</b>	<b>800</b>	<b>500</b>	

Neste período, tivemos um acréscimo no sistema de distribuição energia elétrica de 14,0 km de Alta Tensão e 19,0 km na Baixa Tensão. Também foram executadas melhorias no sistema existente, totalizando 5,5 km na Alta Tensão e 22,98 km de Baixa Tensão.

## 4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores.

<b>Município de Içara</b>		
<b>Localidades</b>	<b>Implantados (kVA)</b>	<b>Ampliados (kVA)</b>
Poço Três	3-300, 3-300, 3-112,5	
Santa Cruz		3-30 p/ 3-75
Raichask	3-45	
Vila São José	3-15	3-45 p/ 3-75
Linha Pasqualine	3-112,5	
Coqueiros		3-45 p/ 3-75
Esplanada		3-30 p/ 3-75, 3-225 p/ 3-300, 3-112,5 p/ 3-150, 3-75 p/ 3-112,5
4ª Linha	3-500, 3-75	
Esperança	3-45	3-225 P/ 3-500
1ª Linha	3-225	
Centro	3-112,5, 3-75, 3-75	
Rio Acima	3-75	
Bal. Rincão	3-45	
Barra Velha	3-45, 3-45	
Sanga Funda	3-45	
Barracão	3-45, 3-45	
Vila Nova	3-30, 3-30, 3-75	
Jussara	3-112,5	
2ª Linha	3-45	
Liri	3-30	
Pedreiras	3-75, 3-75	
<b>Total / Potência</b>	<b>28 transformadores – 2.810 kva</b>	<b>08 transformadores – 1.362,5 kva</b>

<b>Município de Jaguaruna</b>		
<b>Localidades</b>	<b>Implantados</b>	<b>Ampliados</b>
Linha carioca	3-30, 3-15	
Balneário Esplanada		3-45 p/ 3-75
<b>Total / Potência</b>	<b>01 transformador - 45 kva</b>	<b>01 transformador - 75 kva</b>

<b>Município de Sangão</b>		
<b>Localidades</b>	<b>Implantados</b>	<b>Ampliados</b>
Sangão	3-45	
Rio dos Veados		1-15 p/ 3-45
Rio Rincão	3-225	3-112,5 p/ 3-150
<b>Total / Potência</b>	<b>02 transformadores - 270 kva</b>	<b>02 transformadores- 195kva</b>

Neste período foram implantadas 31 novas subestações e ampliadas 11, totalizando 42 subestações, aumentando em 4,75 MVA a Potência Instalada das Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

## 4.3 Loteamentos

Obras de melhorias, ampliações de cargas e recondutoramentos dos circuitos, para adequações nos circuitos em atendimento as novas normas.

#### **4.4 Vistorias**

Realizamos 3.867 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas elétricas do sistema de distribuição.

#### **4.5 Iluminação Pública**

A Cooperaliança executa e projeta todos os serviços referentes à iluminação pública, padronizando os sistemas de iluminação, para oferecer aos associados e consumidores uma iluminação condizente.

#### **4.6 Plantão 24 horas**

Durante o período, a Central de Operação e Distribuição “COD” atendeu a 2.522 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica.

Também orientou os consumidores nos procedimentos de instalações elétricos em novas unidades consumidoras.

#### **4.7 Aferições de medidores**

Neste período foram aferidos 558 medidores de energia elétrica, referentes aos pedidos de aferições e fiscalizações nas unidades consumidoras, atendo as normas de distribuição de energia elétrica.

#### **4.8 Análise de Projetos Elétricos.**

Buscando padronização nas instalações de entrada de energia elétrica, a Cooperaliança exige o projeto elétrico das instalações. Área técnica analisa a carga a ser instalada e as condições da Rede de Distribuição de Energia no local onde será instalada a unidade consumidora, orientando os consumidores no que for necessária a segurança e a qualidade no fornecimento. Neste período foram analisados 285 projetos sendo, 264 residenciais, 16 comerciais, 03 industriais e 02 loteamentos.

#### **4.9 Balanço Energético - Janeiro/2010 = Dezembro/2010.**

Durante este período a Cooperaliança adquiriu da concessionária supridora á CELESC, um total de 174.719 MWh/ano e distribuiu 157.512 MWh/ano, as perdas somam o montante de 17.207 MWh, totalizando um percentual de 9,85 % .

#### **4.10 Conclusão:**

Foram realizados todos os investimentos necessários no sistema de distribuição de energia elétrica, melhorando os indicadores de continuidade e qualidade.

Os novos alimentadores já estão adequados para a energização da nova subestação de energia e divisão de cargas entre as subestações.

## 5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2011

No sistema de distribuição de energia elétrica, buscamos melhorar a qualidade do fornecimento, com novas técnicas de manutenções preventivas e corretivas, com planejamento de novos circuitos para atender o crescimento, adequar e melhorar os indicadores de qualidade estabelecidos pelo órgão regulador.

### 5.1 Suprimento de Energia

Atendimento ao mercado de energia elétrica bem como ao crescimento do sistema de distribuição dentro da área de concessão.

Planejar os contratos de energia com a supridora, verificando os montantes contratados necessário para todo sistema de distribuição, dentro dos limites estabelecidos na forma contratual em que atenda a demanda e o consumo de energia elétrica.

#### 5.1.1 Içara – Linha de Transmissão 69 KV e Subestação 20/26 MVA

- Conexão elétrica com Subestação Celesc no Bairro Jaqueline.
- Linha de transmissão de 69 KV com 8,4 Km de extensão.
- Subestação de energia de 20/26 MVA.
- Construções de 04 Alimentadores 13,8 KV

#### 5.1.2 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é composto por seis alimentadores com tensão nominal de 13,8 kv, sendo cinco provenientes da subestação de Içara (Iça-02, Iça-03, Iça-04, Iça-05, Iça-07), e o sexto alimentador é oriundo da subestação de Jaguaruna (Jva-01).

Com a implantação da nova Subestação Rincão, será feito à transferência de carga dos alimentadores Iça-04 (100%), Iça-05 (100%) e Iça-02 (50%), que atendem a essas regiões litorâneas e Bairro de Vila Nova ao longo da BR 101. Os novos alimentadores serão denominados Rao-01, Rao-02, Rao-03 e Rao-04.

### 5.2 Alimentadores: Características Técnicas e Operacionais

#### 5.2.1 Alimentador Iça- 02

Área de distribuição: Vila Nova, Esplanada, Balneário Esplanada, Arroio da Cruz, Urussanga Velha, Boa Vista, Coqueiros, Barracão, Quarta Linha.

Extensão: 30 km, máxima demanda 8,5 MW.

Carga principal: Indústria de Cerâmica vermelha, rural: relacionada ao fumo; apresenta sazonalidade no período de verão, possibilidade de manobras e transferência de carga com o alimentador Iça 05.

Novo arranjo do sistema elétrico prevê transferência de 50% da carga para nova subestação.

#### 5.2.2 Alimentador Iça-03

Área de distribuição: Bairros, Liri, Jaqueline, Elizabete, Esperança, Santa Cruz, Linha Três Ribeirões.

Extensão da rede distribuição, tronco principal com 5 km, demanda 8,0 MW.

Carga principal Industrial, com possibilidade de transferência de carga entre alimentador Iça- 07.

Novo arranjo do sistema elétrico prevê divisão de carga com alimentador Iça 05.

### 5.2.3 Alimentador Iça- 04

Área de distribuição Balneário Rincão Norte e centro.

Extensão 15 km, demanda 7,5 MW, carga sazonal de verão.

Carga principal: residencial. Possibilidade de transferência de carga com alimentador Iça 05.

Novo arranjo do sistema de distribuição transferência de carga para nova Subestação Rincão.

### 5.2.4 Alimentador Iça- 05

Área de distribuição: Balneário Rincão, Lagoas e Barra Velha.

Extensão 25 km, demanda 7.5 MW.

Carga Sazonal de verão, possibilidade transferência de carga entre alimentadores Iça 02 e Iça 04.

Novo arranjo do sistema de distribuição transferência de carga para nova Subestação Rincão.

### 5.2.5 Alimentador Iça-07

Área de distribuição: Centro de Içara, Hospital, Primeira Linha, Segunda Linha, Terceira Linha, Quarta Linha, Ponta do Mato, Distrito Industrial.

Extensão distribuição: tronco principal 12 km, demanda 7,0 MW.

Carga Industrial e Comercial, possibilidade de manobras com Iça 03 e Iça 05.

Novo arranjo prevê divisão de carga com Alimentador Iça 04.

### 5.2.6 Alimentador JVA- 01

Área de distribuição: Rural no município de Sangão.

Extensão: 25 km, demanda 2,3 MW.

Alimentador com características rurais, não tem possibilidade de transferência de carga.

## 5.3 Planejamentos de Obras dos Alimentadores.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	Rao-01	Conexão elétrica com os alimentadores para divisão de cargas	50	Novo circuito elétrico, Subestação Rincão
2	Rao-02	Conexão elétrica divisão de cargas	50	Novo circuito elétrico, Subestação Rincão
3	Rao-03	Conexão elétrica com a divisão de cargas	50	Novo circuito elétrico, Subestação Rincão
4	Rao-04	Conexão elétrica com a divisão de cargas.	50	Novo circuito elétrico, Subestação Rincão
5	Iça-07	Divisão de cargas com Alimentador Iça 04	70	Divisão de cargas entre Alimentadores e ponto de manobras de cargas.
6	Iça-03	Divisão de cargas com Alimentador Iça 05	70	Divisão de cargas entre Alimentadores e ponto de manobras de cargas.
7	Iça-02	Divisão de cargas com a nova subestação Rincão	70	Transferência de carga para nova Subestação Rincão.
	<b>Total</b>		<b>410</b>	

#### 5.4 Planejamento: Rede Baixa Tensão

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	40	Divisão de cargas entre circuitos e recondutoramentos de circuitos e instalações redes multiplexadas	380	Instalações de novos transformadores, para divisão de circuitos. Proteção de circuito de baixa tensão. Aumento de carga.
	<b>Total</b>		<b>380</b>	

#### 5.5 Aquisição de Equipamentos

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
40	Transformador	200	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução 505 da Aneel.
<b>Total</b>		<b>200</b>	

**TOTAL DOS INVESTIMENTOS: R\$ 990 mil**

## 6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Müller Auditores Independentes S/S – Criciúma-, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2010, também prestando assessoramento ao Conselho Fiscal em suas reuniões mensais

## 7 AGRADECIMENTOS

Cooperativismo não é trabalhar sozinho. Cooperar é unir forças pelo bem comum. Nós não trabalhamos sozinhos. Contamos com braços amigos, e é para essas pessoas que endereçamos os nossos sinceros agradecimentos.

Aos nossos conselheiros, que durante o ano todo se reuniram para delegar funções, tomar decisões, discutir ações que visem o bem estar do associado e consumidor. Isso é cooperativismo. Muito obrigado pelo apoio, pela dedicação de cada um. Se tivemos um ano vencedor, foi porque lutamos para isso.

Da mesma forma, deixamos os nossos sinceros agradecimentos aos nossos colaboradores, que nos emprestam, todos os dias, suas forças e seu suor, para que mantenhamos, sempre, a imagem de cooperativa exemplar na região.

Extensivamente aos associados e consumidores, e todos os demais que, direta ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da nossa missão de concessionária, o nosso Muito Obrigado!

Içara - SC, 18 de fevereiro de 2011.

Pedro Deonízio Gabriel  
Presidente

Severiano Antônio Valentim  
Secretário

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81****Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2010 e 2009**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

		<b>Legislação Societária</b>	
		<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>	<b>Notas</b>	<b>13.531</b>	<b>13.912</b>
Numerário disponível	6	35	233
Aplicações no mercado aberto	7	20	1.858
Numerário em trânsito	6.1	436	498
Consumidores	8	9.253	8.480
Rendas a receber	9	124	116
Devedores diversos	10	77	101
Tributos a compensar	11	262	347
Outros Créditos	15	921	603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14	(1.573)	(1.409)
Estoque	12	154	122
Serviço em curso	16	851	356
Premios de seguros	13	23	0
Ativos Regulatórios	5	2.948	2.607
		<b>39.143</b>	<b>23.126</b>
<b>Não Circulante</b>			
		<b>4.138</b>	<b>3.743</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Tributos a compensar	11	317	169
Devedores diversos	10	12	0
Consumidores	8	1.071	1.166
Outros Créditos	15	100	0
Depósitos judiciais	17	53	53
Ativos Regulatórios	5	2.585	2.355
		<b>2.139</b>	<b>215</b>
Investimentos	19	2.139	215
Imobilizado	20	33.023	19.326
Participação financeira do consumidor	20.1	(189)	(200)
Intangível	21	32	42
		<b>52.674</b>	<b>37.038</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>52.674</b>	<b>37.038</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2010 e 2009**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

		<b>Legislação Societária</b>	
		<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>	<b>Notas</b>	<b>12.980</b>	<b>10.875</b>
Fornecedores	23	4.475	3.925
Folha de pagamento	24	196	53
Tributos e contribuições sociais	25	1.499	1.666
Empréstimos e financiamentos	26.1	2.586	0
Credores diversos	27	282	1.241
Passivos Regulatórios	5	1.814	2.131
Obrigações estimadas	28	472	414
Encargos do consumidor a recolher	29	282	214
Outras contas a pagas	30	1.374	1.231
		<b>15.107</b>	<b>3.953</b>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	26.2	11.106	0
Passivo regulatório	5	2.585	2.355
Provisões para contingências	32	1.416	1.598
		<b>24.587</b>	<b>22.210</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	34.1	1.212	1.134
Reservas de capital	34.3	2.783	873
Reservas de Sobras	34.5	10.298	10.396
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	34.5	30	48
Reserva para geração de energia	34.5	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	34.5	8.537	7.969
Fundo de expansão da sede soial	34.5	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	34.5	208	271
		<b>52.674</b>	<b>37.038</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>52.674</b>	<b>37.038</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	Legislação Societária	
		2010	2009
<b>Receita Operacional</b>		<b>53.698</b>	<b>51.290</b>
Fornecimento de energia elétrica	36.1	31.756	31.195
Uso do sistema de distribuição	36.2	20.724	19.607
Arrendamento e aluguéis	36.3	475	379
Serviços	36.4	743	109
<b>( - ) Deduções da receita operacional</b>		<b>15.037</b>	<b>14.242</b>
ICMS	37.1	11.095	10.149
PIS-PASEP	37.1	43	38
COFINS	37.1	198	177
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	37.2	3.701	3.317
Devoluções		0	561
<b>( = ) Receita operacional líquida</b>		<b>38.661</b>	<b>37.048</b>
<b>( - ) Custo do serviço de energia elétrica</b>		<b>37.991</b>	<b>35.720</b>
Energia elétrica comprada para revenda	38	22.466	22.028
Encargo de uso do sistema de distribuição	39	4.713	2.963
<b>Custo de operação</b>		<b>10.812</b>	<b>10.729</b>
Pessoal e administradores	40	5.005	5.344
Material		1.555	1.214
Serviços de terceiros		2.636	2.734
Depreciação e amortização		1.468	1.369
Provisões		148	68
<b>( = ) Sobra Bruta</b>		<b>670</b>	<b>1.328</b>
<b>( - ) Despesas operacionais</b>		<b>658</b>	<b>896</b>
Despesas com vendas		7	38
Despesas gerais e administrativas		508	819
Outras despesas operacionais		143	39
<b>( = ) Resultado do serviço</b>		<b>12</b>	<b>432</b>
<b>(+/-) Receita (despesa/financeira)</b>	<b>41</b>	<b>353</b>	<b>823</b>
Receita financeira	41	1.405	1.155
Despesa financeira	41	1.052	332
<b>( = ) Resultado operacional</b>		<b>365</b>	<b>1.255</b>
( + ) Outras receitas	42	134	502
( - ) Outras despesas	42	63	1.092
<b>( = ) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda</b>		<b>436</b>	<b>665</b>
( - ) Contribuição Social		0	0
( - ) Imposto de renda		0	0
<b>( = ) Sobras do exercício</b>		<b>436</b>	<b>665</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
<b>Receita Operacional</b>	<b>47.032</b>	<b>6.666</b>	<b>53.698</b>
Fornecimento de energia elétrica	28.045	3.711	31.756
Uso do sistema de distribuição	18.271	2.453	20.724
Arrendamento e aluguéis	0	475	475
Serviços	716	27	743
<b>( - ) Deduções da receita operacional</b>	<b>12.959</b>	<b>2.078</b>	<b>15.037</b>
ICMS	9.718	1.377	11.095
PIS-PASEP	0	43	43
COFINS	0	198	198
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	3.241	460	3.701
<b>( = ) Receita operacional líquida</b>	<b>34.073</b>	<b>4.588</b>	<b>38.661</b>
<b>( - ) Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>33.276</b>	<b>4.715</b>	<b>37.991</b>
Energia elétrica comprada para revenda	19.677	2.789	22.466
Encargo de uso do sistema de distribuição	4.128	585	4.713
<b>Custo de operação</b>	<b>9.471</b>	<b>1.341</b>	<b>10.812</b>
Pessoal e administradores	4.384	621	5.005
Material	1.362	193	1.555
Serviços de terceiros	2.309	327	2.636
Depreciação e amortização	1.286	182	1.468
Provisões	130	18	148
<b>( = ) Sobra Bruta</b>	<b>797</b>	<b>(127)</b>	<b>670</b>
<b>( - ) Despesas operacionais</b>	<b>576</b>	<b>82</b>	<b>658</b>
Despesas com vendas	6	1	7
Despesas gerais e administrativas	445	63	508
Outras despesas operacionais	125	18	143
<b>( = ) Resultado do serviço</b>	<b>221</b>	<b>(209)</b>	<b>12</b>
<b>(+/-) Receita (despesa) financeira</b>	<b>310</b>	<b>43</b>	<b>353</b>
Receita financeira	1.231	174	1.405
Despesa financeira	921	131	1.052
<b>( = ) Resultado operacional</b>	<b>531</b>	<b>(166)</b>	<b>365</b>
( + ) Outras receitas	117	17	134
( - ) Outras despesas	55	8	63
<b>( = ) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda</b>	<b>593</b>	<b>(157)</b>	<b>436</b>
( - ) Contribuição Social	0	0	0
( - ) Imposto de renda	0	0	0
<b>( = ) Sobras do exercício</b>	<b>593</b>	<b>(157)</b>	<b>436</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis



## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2010	2009
<b>RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO</b>	<b>436</b>	<b>665</b>
<b>(+/-) Resultado Abrangentes</b>	<b>157</b>	<b>110</b>
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	157	110
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>593</b>	<b>775</b>
<b>RESULTADOS COM TERCEIROS</b>	<b>(157)</b>	<b>(110)</b>
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	(157)	(110)
<b>Base para Destinações Legais e Estatutárias</b>	<b>593</b>	<b>775</b>
Fundo de Reserva - Art. 46, inc.a - Estatuto Social - 10%	59	77
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	30	39
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	296	388
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	0	0
<b>( = ) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.</b>	<b>208</b>	<b>271</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
 CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reservas de Lucro				Saldo á disposição da A.G.O	Total	
			Reservas de sobras	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos			Fundo de exp. Da sede social
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>1.065</b>	<b>873</b>	<b>10.429</b>	<b>1.148</b>	<b>400</b>	<b>6.581</b>	<b>0</b>	<b>1.221</b>	<b>21.717</b>
<b>Capital Social</b>									<b>0</b>
Integralização das Sobras									
Integralização de quotas	64								64
Capital a integralizar	5								5
<b>Realização de reservas e fundos</b>					(391)		150		(241)
<b>Aumento de reservas</b>						1.000	221	(1.221)	0
<b>Resultado do exercício (Associados)</b>								271	271
<b>Resultado do exercício (Não associados)</b>			(110)						(110)
<b>Destinações estatutárias</b>									0
Fundo de reserva			77						77
FATES					39				39
Fundo exp e manut Sist distr.							388		388
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.134</b>	<b>873</b>	<b>10.396</b>	<b>1.148</b>	<b>48</b>	<b>7.969</b>	<b>371</b>	<b>271</b>	<b>22.210</b>
<b>Capital Social</b>									<b>0</b>
Integralização das Sobras									0
Integralização de quotas	82								82
Capital a integralizar	(4)								(4)
Integralização de reservas/fundos									0
<b>Realização de reservas e fundos</b>					(48)				(48)
<b>Aumento de reservas</b>						271		(271)	0
<b>Resultado do exercício (Associados)</b>								208	208
<b>Resultado do exercício (Não associados)</b>			(157)						(157)
<b>Destinações estatutárias</b>									0
Fundo de reserva			59						59
FATES					30				30
Fundo exp e manut Sist de distr.						296			296
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>		1.911							1.911
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.212</b>	<b>2.784</b>	<b>10.298</b>	<b>1.148</b>	<b>30</b>	<b>8.536</b>	<b>371</b>	<b>208</b>	<b>24.587</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Sobra líquida do exercício</b>	<b>436</b>	<b>775</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa:</b>	<b>1.632</b>	<b>1.437</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	164	68
Depreciação e amortização	1.468	1.369
<b>Resultado ajustado do exercício</b>	<b>2.068</b>	<b>2.212</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>	<b>(2.276)</b>	<b>(649)</b>
Consumidores	(678)	(436)
Ativo regulatório	(571)	(475)
Rendas a receber	(8)	37
Tributos a compensar	(63)	88
Devedores diversos	12	15
Outros créditos	(418)	18
Estoques	(32)	230
Premios de seguros	(23)	0
Serviço em curso	(495)	(126)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>	<b>(444)</b>	<b>2.257</b>
Fornecedores	550	735
Passivo regulatório	(87)	(1)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	143	(7)
Tributos e contribuição sociais	(167)	1.081
Credores diversos	(959)	(289)
Obrigações estimadas	58	163
Encargos do consumidor a recolher	68	(31)
Outras contas a pagar	143	654
Provisão para contingências	(182)	(43)
Participação financeira do consumidor	(11)	(5)
<b>Caixa oriundo das atividades operacionais</b>	<b>(652)</b>	<b>3.820</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aumento nos investimentos	(1.924)	(4)
Aplicações no imobilizado	(15.165)	(3.112)
Aplicações no intangível	10	52
<b>Total das atividades de investimento</b>	<b>(17.079)</b>	<b>(3.064)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital pelos sócios	78	64
Reservas de capital	(48)	(393)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.911	0
Emprestimos e financiamentos	13.692	0
<b>Total das atividades de financiamento</b>	<b>15.633</b>	<b>(329)</b>
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.098)</b>	<b>427</b>
Saldo inicial de disponibilidades	2.589	2.162
Saldo final de disponibilidades	491	2.589
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(2.098)</b>	<b>427</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA**  
**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**  
**CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração do valor adicionado - DVA dos exercícios findos em 31 de dezembro de**  
**2010 e 2009**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Receitas</b>	<b>53.621</b>	<b>50.071</b>
Venda de energia e serviços	31.756	31.195
Uso do sistema de distribuição	20.724	19.607
Locação de postes	475	379
Outras receitas	743	109
Resultado não operacional	71	(590)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(148)	(68)
Devoluções	0	(561)
<b>( - ) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>32.028</b>	<b>29.835</b>
Insumos consumidos	27.179	24.991
Serviços de terceiros	2.636	2.734
Materiais	1.555	1.214
Outras receitas	658	896
<b>( = ) Valor adicionado bruto</b>	<b>21.593</b>	<b>20.236</b>
<b>( - ) Quotas de reintegração</b>	<b>1.468</b>	<b>1.369</b>
Depreciação, amortização e exaustão	1.468	1.369
<b>( = ) Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>20.125</b>	<b>18.867</b>
<b>( + ) Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>1.405</b>	<b>1.155</b>
Receitas financeiras	1.405	1.155
<b>( = ) Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>21.530</b>	<b>20.022</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>21.530</b>	<b>20.022</b>
<b>Pessoal</b>	<b>4.379</b>	<b>4.589</b>
Remuneração direta	3.281	3.497
Auxílio alimentação	257	321
Assistência médica/plano de saúde	174	196
Encargos sociais exceto INSS	510	460
Outros	157	115
<b>Governo</b>	<b>15.663</b>	<b>14.436</b>
<b>Federal</b>	<b>4.568</b>	<b>4.287</b>
INSS (folha de pagamento)	626	755
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
PIS/COFINS	241	215
Encargos do consumidor	3.701	3.317
<b>Estadual</b>	<b>11.095</b>	<b>10.149</b>
ICMS	11.095	10.149
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>1.052</b>	<b>332</b>
Outras despesas financeiras	1.052	332
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>436</b>	<b>665</b>
Sobra do exercício	436	665
<b>Valor adicionado (médio) por empregado</b>	<b>191</b>	<b>185</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes destas demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS

### Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de capital aberto, constituída na forma da Lei nº 5.764/71, controlada pelos associados, com o objetivo principal a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

#### 2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002, firmado com o poder concedente por prazo de 20 anos, com validade até o dia 07 de julho de 2015, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Araranguá, Sangão e Jaguaruna, atendendo a 31.744 consumidores. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

#### 3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a lei nº 5.764/71, resolução do CFC nº 1.255/09, que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas. Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – Resolução nº 444/01, resolução ANEEL 396/10, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e disposições contidas no estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, e instruções contidas no despacho nº 4.097/10 de 30 de dezembro de 2010 da SFF/ANEEL. .

As demonstrações financeiras, apresentadas para o exercício de 2009 foram modificadas de modo a contemplar os ajustes retroativos das mudanças de práticas.

A cooperativa procedeu às seguintes mudanças nas suas demonstrações contábeis para o encerramento do exercício de 2010.

- Extinção da contabilização do rateio da administração central para ordens em curso, alterada no decorrer do exercício.
- Adequação das naturezas de gastos e aberturas de centros de custos;
- Inclusão da demonstração do resultado abrangente - DRA

A Cooperativa Aliança apresenta no encerramento do exercício de 2010 as demonstrações contábeis com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) Resolução ANEEL nº. 444 de 26 de outubro de 2001 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas, em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no despacho nº 4.097/2010 de 30 de dezembro de 2010 da SFF/ANEEL.

## 4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09

Conforme nota explicativa 03, a sociedade vem adotando as recomendações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 que podem ou não ocasionar alterações no resultado do exercício. Dentre elas se destaca a opção pela adoção do custo atribuído em 31/jan./2010. Caso não fossem adotadas as referidas mudanças, a entidade obtería a seguinte composição em seus investimentos:

	Legislação Societária	
	2010	2009
<b>INVESTIMENTOS.</b>	<b>2.139</b>	<b>215</b>
(-) Ajustes dos efeitos de correntes da adoção inicial da lei 11.638/07 – 11.941/09.	<b>1.911</b>	-
Ajustes de avaliação patrimonial	1.911	-
(=) Total de Investimentos sem os efeitos da Lei 11.638/07 e 11.941/09	<b>228</b>	<b>215</b>

### b) Redução ao valor recuperável – Impairment

A concessionária não realizou os testes de recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado em decorrência da entidade atender os CPC 27 – ICPC 10, conforme determina a resolução 396/2010 (Vide Nota 04, Letra G), da mesma forma que os valores de tais ativos estão garantidos pelo contrato de concessão.

### c) Disponibilidades

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

### d) Consumidores

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais até 31 de dezembro de 2010, contabilizado com base no regime de competência.

### e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída sobre valores a receber de associados e consumidores:  
 Classe residencial vencidos a mais de 90 dias;  
 Classe comercial vencidos a mais de 180 dias;  
 Demais classes inclusive poderes públicos vencidos a mais de 360 dias.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

### f) Estoques (inclusive ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

### **g) Investimentos**

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas, de crédito, de prestação serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertencem a atividade vinculada a concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica, a entidade optou em adotar o custo atribuído em 01/jan./2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

### **h) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Os bens da concessionária vinculados à atividade de prestação de serviço de energia elétrica são avaliados de forma periódica pelo agente regulador, através das revisões tarifárias, ajustes tarifários, utilizando ainda contribuições das empresas do setor e a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico. Portanto, entende-se que as atuais taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos estando em conformidade com o CPC 27.

### **i) Intangível**

Direitos sobre incorpóreos destinados a manutenção da entidade e estão registrados pelo custo de aquisição sem a constituição de provisão para perda por entendermos que são atualizados pela amortização.

### **j) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

### **l) Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

### **m) Estimativas**

A cooperativa revisa as estimativas anualmente quando da preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração se baseie em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

### **n) Imposto de Renda e Contribuição Social**

Calculados e registrados conforme regulamento do imposto de renda e suas atualizações com base no regime tributário de apuração do lucro real.

As operações com associados consumidores estão reconhecidas como isentas de tributação na forma da lei 5.764/71 que estabelece o "ato cooperativo

### **o) Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais contratadas e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

### **p) Provisão para contingências**

As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços foram constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais.

Estão sendo apresentadas as provisões para contingências líquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais e elas relacionadas.

### **q) Resultado**

As receitas e despesas são conhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. Existe consumidor que representa 10% ou mais do total do faturamento sem representar risco ao resultado.

Os créditos sobre custos e despesas operacionais, compensados a apuração dos impostos, quando incidentes são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

### **r) Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será submetida à apreciação dos associados que em assembléia geral deliberarão sobre sua utilização obedecendo ao disposto na Lei 5.764/71 e Estatuto Social.

## **5 ATIVO E PASSIVO REGULATÓRIO**

Os efeitos econômicos e financeiros produzidos pela alteração de cálculo da TE e da TUSD da CELESC, para a Cooperaliança sobre as tarifas da revisão de 2006, decorrentes da resolução nº 243 de 19 de dezembro de 2006, resultaram no valor de R\$ 4.861.106,92 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e um mil, cento e seis reais e noventa e dois centavos).

Visando a modicidade tarifária, ocorreu o deferimento do passivo total em cinco parcelas anuais de R\$ 972.221,38 (novecentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte um reais e trinta e oito centavos), sendo sua primeira parcela no reajuste de 2007, conforme estabelecido no Artigo 2º da resolução homologatória nº 428 de 06 de fevereiro de 2007, atualizados pelo IGP-M, que no exercício de 2007, foi cobrado o montante de R\$ 972.221,38 (novecentos e setenta e dois mil duzentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos). Em 2008 de fevereiro de 2008 a janeiro de 2009 R\$ 1.053.724,42 (um milhão cinquenta e três mil setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavo).

De fevereiro a julho de 2009 R\$ 526.862,21 (quinhentos e vinte e seis mil oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e hum centavos).

Saldo submetido ao processo de revisão tarifaria em 14/08/2009, a cobrança deste valor foi suspensa pela ANEEL por prazo indeterminado.

## 5.1 Ativo Regulatório RH 428

Ativo	2010			2009		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TUSD/TE	1.805	2.585	4.390	1.644	2.355	3.999
<b>Total</b>	<b>1.805</b>	<b>2.585</b>	<b>4.390</b>	<b>1.644</b>	<b>2.355</b>	<b>3.999</b>

## 5.2 Passivo Regulatório RH 428

Passivo	2010			2009		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
TUSD/TE	1.805	2.585	4.390	1.644	2.355	3.999
<b>Total</b>	<b>1.805</b>	<b>2.585</b>	<b>4.390</b>	<b>1.644</b>	<b>2.355</b>	<b>3.999</b>

## 5.3 Conta de Compensação da “parcela A”

Pagamentos Antecipados - Ativo	Legislação Societária	
	2010	2009
CVA - CCC	357	383
CVA - CDE	57	106
CVA - PROINFA	28	123
CVA – Compra de energia	701	351
<b>TOTAL</b>	<b>1.143</b>	<b>963</b>

Compensação de Variação - Passivo	Legislação Societária	
	2010	2009
CVA - CCC	9	373
CVA - CDE	-	-
CVA - PROINFA	-	-
CVA – Compra de energia	-	114
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>487</b>

Correção dos saldos mediante a aplicação do indexador Selic mensal.

## 6 DISPONIBILIDADES

Numerário Disponível	Legislação societária	
	2010	2009
Caixa	3	72
Bancos	32	161
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>	<b>233</b>

## 6.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2010	2009
Numerário	436	498
<b>TOTAL</b>	<b>436</b>	<b>498</b>

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convenio de cobrança.

## 7 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2010	2009
Banco do Brasil S/A	Fundos	36 meses	CDB a.m	-	680
Bradesco S/A	Fundos	36 meses	CDI a.m	10	1.140
C. E. Federal	Poupança	30 dias	0,50 am	1	11
Banco Itaú S/A	Renda fixa	30 dias	25% CDI a.m	3	9
Unibanco S/A	Fundos	36 meses	CDB a.m	-	12
Banco Santander	Aplicação	30 dias	CDI a.m	6	6
<b>TOTAL</b>				<b>20</b>	<b>1.858</b>

## 8 CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	2010	2009
Faturados	31.744	30.737
<b>TOTAL</b>	<b>31.744</b>	<b>30.737</b>

### a) Composições das contas a receber

Consumidor	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2010	2009	2010	2009
Residencial	1.427	476	233	2.136	381	350	1.755	1.501
Industrial	1.793	823	823	3.439	855	826	2.584	2.024
Comercial	739	162	119	1.020	164	137	856	710
Rural	669	433	78	1.180	88	65	1.092	622
Poder público	37	6	7	50	3	5	47	36
Iluminação pública	7	17	70	94	59	26	35	516
Serviço público	58	-	-	58	-	-	58	49
Renda não faturada	592	-	-	592	-	-	592	643
<b>Subtotal - consumidores</b>	<b>5.322</b>	<b>1.917</b>	<b>1.330</b>	<b>8.569</b>	<b>1.550</b>	<b>1.409</b>	<b>7.019</b>	<b>6.101</b>
Serviço taxado	5	8	10	23	-	-	23	34
Participação financeira	-	-	4	4	-	-	4	4
Parcelamentos	342	110	197	649	-	-	649	924
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	8
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>5.669</b>	<b>2.035</b>	<b>1.549</b>	<b>9.253</b>	<b>1.547</b>	<b>1.409</b>	<b>7.703</b>	<b>7.071</b>
Parcelamentos	1.071	-	-	1.071	-	-	1.071	1.166
<b>TOTAL - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.071</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.071</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.071</b>	<b>1.166</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina a Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

#### b) Consumidores de baixa renda

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002 instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o benefício aos consumidores da classe residencial baixa renda

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010 ampliando prazos progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2002.

A concessionária mantém a contabilização em classe própria porem não recebe subvenção da CDE para complementação tarifária senda esta perda recuperada como financeiro na revisão tarifaria realizada do segundo ciclo realizada em 14/08/2009.

## 9 RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2010	2009
<b>Outras Rendas</b>		
Multas p/ atraso	70	59
Tarifa de Correio	6	6
Acréscimo Moratório	48	51
<b>TOTAL</b>	<b>124</b>	<b>116</b>

## 10 DEVEDORES DIVERSOS

### Circulante

	Legislação Societária	
	2010	2009
Empregados	55	81
Outros	22	20
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>101</b>

### Não Circulante

	Legislação Societária	
	2010	2009
Empregados	12	0
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	

## 11 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

### Circulante

	Legislação societária	
	2010	2009
ICMS	181	197
Contribuição Social	7	39
IRRF	41	28
IRPJ	33	83
<b>TOTAL</b>	<b>262</b>	<b>347</b>

### Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação societária	
	2010	2009
ICMS	317	169
<b>TOTAL</b>	<b>317</b>	<b>169</b>

## 12 ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2010	2009
Almoxarifado em serviço	89	65
Adiantamento a fornecedores	65	57
<b>TOTAL</b>	<b>154</b>	<b>122</b>

## 13 PREMIOS DE SEGUROS

	Legislação Societária	
	2010	2009
Seguros de equipamentos	23	-
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>-</b>

## 14 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação societária	
	2010	2009
Provisão para devedores duvidosos	1.573	1.409
<b>TOTAL</b>	<b>1.573</b>	<b>1.409</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução ANEEL nº. 444, de 26/10/2001, item 6.3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;  
 Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e  
 Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

## 15 OUTROS CRÉDITOS

### a) Circulante

	Legislação Societária	
	2010	2009
Serviços prestados a terceiros	449	355
Outros	472	248
<b>TOTAL</b>	<b>921</b>	<b>603</b>

### b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2010	2009
Capitalização – Banco Bradesco S/A	100	-
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>-</b>

## 16 SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2010	2009
<b>Serviços prestados a terceiros</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	76	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	271	50
Projeto Subestação	307	235
Serviços prestados a terceiros	197	71
<b>TOTAL</b>	<b>851</b>	<b>356</b>

## 17 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2010	2009
Trabalhistas	53	53
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>53</b>

## 18 CONTA DE RESULTADO A COMPENSAR – CRC

A Cooperativa Aliança – Cooperaliança-, não efetuou operações com a conta de resultado a compensar nos exercícios de 2010 e 2009.

## 19 INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2010	2009
Coligadas	-	-
Fecoerusc Ltda.	35	35
Credija – Sicoob – SC	7	4
Unicred	1	-
Acicred	10	-
Terreno Associação	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	-
Terrenos não operacionais	158	158
Ajuste de avaliação patrimonial	1.858	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.139</b>	<b>215</b>

## 20 IMOBILIZADO

	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2010	2009
			Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
<b>Distribuição</b>	<b>26.241</b>	<b>(9.046)</b>	<b>17.195</b>	<b>15.294</b>
Máquinas e equipamentos	24.861	(8.304)	16.557	14.809
Veículos	1.340	(724)	616	460
Móveis e utensílios	40	(18)	22	25
<b>Comercialização</b>	<b>3.175</b>	<b>(910)</b>	<b>2.265</b>	<b>2.409</b>
Edificações	226	(49)	177	186
Máquinas e equipamentos	2.907	(849)	2.058	2.191
Móveis e utensílios	42	(12)	30	32
<b>Administração</b>	<b>1.122</b>	<b>(417)</b>	<b>705</b>	<b>623</b>
Terrenos	53	-	53	53
Edificações	563	(219)	344	367
Máquinas e equipamentos	233	(98)	135	131
Veículos	72	(32)	40	54
Móveis e utensílios	201	(68)	133	18
Em curso	<b>12.858</b>	-	<b>12.858</b>	<b>1.000</b>
Distribuição	12.590	-	12.590	954
Comercialização	-	-	-	46
Administração	268	-	268	-
<b>TOTAL</b>	<b>43.396</b>	<b>(10.373)</b>	<b>33.023</b>	<b>19.326</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Portaria ANEEL nº 815 de 30/11/1994 e resolução ANEEL nº 44 de 1.999, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Distribuição</b>	
Banco de capacitores (sistema de distribuição)	6,7
Chave de distribuição	6,7
Condutor do sistema de distribuição	5,0
Equipamento geral	10,0
Estrutura do sistema	5,0
Medidor	4,0
Regulador de tensão	4,8
Religador	4,3
Transformador	5,0
Edificação	4,0
Veículos	20,0

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Comercialização</b>	
Equipamento geral	10,0
Edificações	4,0
Máquinas e equipamentos	10,0
Móveis e utensílios	10,0

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Administração</b>	
Equipamento geral	10,0
Edificações	4,0
Máquinas e equipamentos	10,0
Veículos	20,0
Móveis e utensílios	10,0

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Ao ativo imobilizado foram aplicados os efeitos determinados pelo capítulo 1 da resolução normativa nº 396/2010.

## 20.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

À partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifária da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Legislação Societária	
			2010	2009
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	205	16	189	200
<b>TOTAL</b>	<b>205</b>	<b>16</b>	<b>189</b>	<b>200</b>

## 20.2 Aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão/Permissão

O Conselho de Administração resolveu não aplicar as disposições emanadas desta norma no balanço societário no exercício 2010, motivado pelo efeito significativo no confronto com o resultado regulatório.

As disposições serão avaliadas no decorrer do exercício 2011 e aplicadas a exercícios futuros.

## 21 INTANGÍVEL

	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Legislação Societária	
			2010	2009
			Valor Líquido	Valor Líquido
Licença Software	142	(110)	32	42
<b>TOTAL</b>	<b>142</b>	<b>(110)</b>	<b>32</b>	<b>42</b>

## 22 DIFERIDO

A Cooperativa Aliança - Cooperaliança não operou em nenhum projeto para que houvesse deferimento em seu imobilizado.

## 23 FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2010	2009
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	3.420	3.054
Materiais e serviços	1.055	871
<b>TOTAL</b>	<b>4.475</b>	<b>3.925</b>

## 24 FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2010	2009
Diretores	-	-
Empregados	141	-
Contribuição social	28	27
Pensões Judiciais descontadas	3	3
Sindicato	1	1
IRRF	23	22
<b>TOTAL</b>	<b>196</b>	<b>53</b>

## 25 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2010	2009
Impostos	1.370	1.551
Contribuição	129	115
<b>TOTAL</b>	<b>1.499</b>	<b>1.666</b>

## 26 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### 26.1 CIRCULANTE

CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2010	2009
Bradesco S/A	4277590	2	1,45% a.m	14/01/2011	362	-
Bradesco S/A	3671635	2	1,45% a.m	08/02/2011	235	-
Caixa Econômica Federal	8678	1	1,8% a.m + TR	22/12/2012	251	-
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21.360	3	4,5% a.a	15/04/2020	8	-
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE (W2)	21.359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	653	-
Banco do Brasil S/A (W1)					59	-
HSBC Bank Brasil S/A					4	-
ACICRED Associação de Credito (W1)					506	-
Bradesco S/A (W1)					508	-
<b>TOTAL</b>					<b>2.586</b>	-

### 26.2 NÃO CIRCULANTE

NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2010	2009
Caixa Econômica Federal	8678	1	1,8% a.m + TR	22/12/2012	178	-
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21360	3	4,5% a.a	15/04/2020	1.420	-
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	9.508	-
<b>TOTAL</b>					<b>11.106</b>	-

#### Garantias

- 1 – Caução
- 2 – Aval
- 3 – Alienação fiduciária
- 4 – Hipoteca

W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M <sup>2</sup>	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

## 27 CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2010	2009
Consumidores	230	872
Empregados	20	12
Outros créditos	32	357
<b>TOTAL</b>	<b>282</b>	<b>1.241</b>

## 28 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2010	2009
Tributos e contribuições sociais	130	114
Folha de pagamento	342	300
<b>TOTAL</b>	<b>472</b>	<b>414</b>

## 29 ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2010	2009
Quota da conta de desenvolvimento energético – CDE	116	108
Quota de reserva global de reversão – RGR	-	30
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	166	27
Proinfa	-	49
<b>TOTAL</b>	<b>282</b>	<b>214</b>

## 30 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2010	2009
Encargos tarifários	48	48
P&D	373	271
PEE	873	638
Outras	80	274
<b>TOTAL</b>	<b>1.374</b>	<b>1.231</b>

## 31 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando conseqüente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

## 32 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Contingência	Valor da Provisão		2010	Valor da Provisão		2009
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
<b>Fiscais</b>						
Cofins		1.064			1.064	
Pis		231			231	
<b>Subtotal</b>		<b>1.295</b>			<b>1.295</b>	
<b>Trabalhistas</b>						
Ações		100	53		100	
<b>Subtotal</b>		<b>100</b>	<b>53</b>		<b>100</b>	
<b>Regulatórias</b>						
Outras	(182)	21		(19)	203	
<b>Subtotal</b>	<b>(182)</b>	<b>21</b>		<b>(19)</b>	<b>203</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>(182)</b>	<b>1.416</b>	<b>53</b>	<b>(19)</b>	<b>1.598</b>	

### 32.1 Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

### 32.2 Trabalhistas

Encontram-se em andamento reclamatórias cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçados pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 1,5 milhões.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 100 mil Reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

## 33 DESTINAÇÕES ESTATUTARIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2010, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

Descrição dos fundos	Percentual %	Valor
Fundo de reserva legal	10%	59
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social	5%	30
Fundo de exp. manutenção do sistema de distribuição	50%	296
Resultado com não associado destinado ao FATES	100%	-
<b>TOTAL</b>		<b>385</b>

## 34 PATRIMONIO LÍQUIDO

### 34.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.212, é constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, “O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, varia conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

	Legislação societária	
	2010	2009
Capital Subscrito	1.272	1.191
( - ) Capital a Integralizar	(60)	(57)
<b>TOTAL</b>	<b>1.212</b>	<b>1.134</b>

### 34.2 Aplicação do ICPC 14 – Quotas de Cooperados em Entidades Cooperativas

O Conselho de Administração resolveu manter a contabilização societária idêntica a regulatória, visto que o ICPC 14 não foi aprovado até o encerramento do exercício 2010.

### 34.3 Reservas de capital

	Legislação societária	
	2010	2009
Correção monetária complementar	873	873
Ajustes de avaliação patrimonial	1.910	-
	<b>2.783</b>	<b>873</b>

### 34.4 Reserva de sobras

	Legislação societária	
	2010	2009
Reserva legal	10.298	10.396
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	30	48
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	8.537	7.969
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	208	271
<b>TOTAL</b>	<b>20.592</b>	<b>20.203</b>

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembléia Geral. Nos últimos 10 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembléia geral.”**

## 35 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício não foram computados dividendos nem juros sobre o capital próprio que financiou obras em andamentos inclusive no imobilizado em curso

## 36 RECEITA OPERACIONAL

### 36.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação societária	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
<b>Consumidores</b>						
Residencial	26.092	25.245	41.752	38.323	9.033	9.200
Industrial	194	189	71.993	65.569	12.738	12.042
Comercial	1.772	1.683	17.484	15.655	4.075	3.894
Rural	3.437	3.389	13.951	12.225	2.105	1.849
Poder público	224	208	1.109	986	258	254
Iluminação pública	04	04	9.045	8.263	1.292	1.371
Serviço público	13	12	2.055	1.934	378	349
Consumo próprio	08	7	123	116	-	-
Receitas passivos regulatórios		-		-	382	1.695
Subsidio baixa renda		-		-	411	155
Renda não faturada		-		-	1.084	386
<b>TOTAL</b>	<b>31.744</b>	<b>30.737</b>	<b>157.512</b>	<b>143.071</b>	<b>31.756</b>	<b>31.195</b>

### 36.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação societária	
	2010	2009
<b>Consumidores</b>		
Residencial	6.339	6.133
Industrial	8.676	8.028
Comercial	2.824	2.596
Rural	1.391	1.233
Poder público	176	169
Iluminação pública	882	914
Serviço público	262	233
Subsidio baixa renda	307	44
Renda não faturada	(133)	257
<b>TOTAL</b>	<b>20.724</b>	<b>19.607</b>

### 36.3 Arrendamentos e aluguéis

	Legislação societária	
	2010	2009
Uso de redes compartilhado	475	379
<b>TOTAL</b>	<b>475</b>	<b>379</b>

### 36.4 Serviço

	Legislação societária	
	2010	2009
Serviços Taxados	104	109
Renda da prestação de serviços	639	-
<b>TOTAL</b>	<b>743</b>	<b>109</b>

## 37 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

### 37.1 Impostos

	Legislação societária	
	2010	2009
ICMS	11.095	10.149
PIS-PASEP	43	38
COFINS	198	177
<b>TOTAL</b>	<b>11.336</b>	<b>10.364</b>

### 37.2 Encargos do Consumidor

	Legislação societária	
	2010	2009
Quota p/ reserva global de reversão - RGR	276	341
Programa de Eficiência Energética - PEE	186	338
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.388	1.294
Conta de Consumo de Combustível - CCC	1.585	1.114
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	186	230
Encargo Ex-Isolados	80	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.701</b>	<b>3.317</b>

## 38 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação societária	
	2010	2009	2010	2009
Celesc Distribuição S/A	174.719	159.907	22.466	22.028

### 39 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

TUSD	Legislação societária	
	2010	2009
Celesc Distribuição S/A	4.713	2.963

### 40 DESPESAS OPERACIONAIS

#### Despesas de Pessoal:

	Legislação societária	
	2010	2009
Remunerações (incluídos diretores R\$ 315)	3.443	3.608
Encargos sociais	1.854	1.256
Auxílio alimentação	312	332
Convênio assistencial e outros benefícios	211	201
Roupas profissionais	7	88
Seguros	19	24
Auxílio Transporte	6	7
Capacitação e treinamento	149	-
(-) Transferência para ordens em curso	(996)	(172)
<b>TOTAL</b>	<b>5.005</b>	<b>5.344</b>

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoerusc.

### 41 RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação societária	
	2010	2009
Receitas financeiras	1.405	1.155
(-) Despesas financeiras	1.052	332
<b>TOTAL</b>	<b>353</b>	<b>823</b>

Receitas financeiras	Legislação societária	
	2010	2009
Receitas de aplicações financeiras	64	173
Juros recebidos	91	196
Encargos financeiros sobre energia	749	724
Outras – Receitas financeiras	13	4
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	488	58
<b>TOTAL</b>	<b>1.405</b>	<b>1.155</b>
Despesas financeiras	Legislação societária	
	2010	2009
Despesas bancárias	17	18
Outras despesas	141	27
Atualização Monetária	383	266
Juros sobre financiamentos	73	
Varição monetárias – Empréstimos	39	
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	399	21
<b>TOTAL</b>	<b>1.052</b>	<b>332</b>

## 42 Outras receitas/Outras despesas

	Legislação societária	
	2010	2009
Receitas não operacional	134	502
(-) Despesas não operacionais	63	1.092
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>	<b>(590)</b>

Receitas não operacionais	Legislação societária	
	2010	2009
Ganho na alienação de bens e direitos	129	26
Ganho na prestação de serviços	-	476
Outras	5	-
<b>TOTAL</b>	<b>134</b>	<b>502</b>

Despesas não operacionais	Legislação societária	
	2010	2009
Perda na desativação de bens	5	66
Donativos e contribuições	58	58
Perda na prestação de serviços	-	879
Outras	-	89
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>1.092</b>

## 43 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação societária	
	2010	2009
Associados	47.032	45.200
Não associados	6.666	6.090
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>53.698</b>	<b>51.290</b>

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Portanto, como o resultado com terceiros (não associados) de 2010 foi negativo em R\$ (157), não temos provisão de Imposto de Renda e contribuição social.

## 44 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

## 45 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Os dependentes, pelo sistema de custo operacional, através de parceria com a Associação de Funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Bradesco S/A a todos os colaboradores.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 50% das mensalidades englobando cursos regulares de extensão nível superior e profissionalizante e 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Banco do Brasil no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no decreto nº 95.247/1987..

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ergomedicinal.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

Realização de ginástica laboral aos colaboradores.

## 46 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas. A citação efetuada no item investimentos refere-se a capital integralizado em órgão de classe do cooperativismo.

## 47 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	Varias	1.636
Equipamentos	27/09/2010 a 27/09/2001	1.569

## 48 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (\*)

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

## 49 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, apresentamos a demonstração do resultado do exercício por atividade, em 31 de dezembro de 2010.

Demonstração do Resultado	Legislação societária					
	Em 31 de dezembro de 2010					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
<b>Receita Operacional</b>			<b>21.199</b>	<b>32.499</b>		<b>53.698</b>
Fornecimento de energia elétrica				31.756		31.756
Uso do sistema de distribuição			20.724			20.724
Arrendamentos e Aluguéis			475			475
Serviços				743		743
<b>( - ) Deduções da receita operacional</b>			<b>8.235</b>	<b>6.802</b>		<b>15.037</b>
ICMS			4.438	6.657		11.095
PIS			17	26		43
COFINS			79	119		198
Encargos setoriais			3.701			3.701
<b>( = ) Receita operacional líquida</b>			<b>12.964</b>	<b>25.697</b>		<b>38.661</b>
<b>( - ) Custo do serviço de energia elétrica</b>			<b>13.287</b>	<b>24.704</b>		<b>37.991</b>
Energia elétrica comprada para revenda				22.466		22.466
Encargo de uso do sistema de distribuição			4.713			4.713
<b>Custo de operação</b>			<b>8.574</b>	<b>2.238</b>		<b>10.812</b>
Pessoal e administradores			4.359	646		5.005
Material			1.515	40		1.555
Serviços de terceiros			1.387	1.249		2.636
Depreciação e amortização			1.313	155		1.468
Provisões				148		148
<b>( = ) Lucro operacional bruto</b>			<b>(323)</b>	<b>993</b>		<b>670</b>
<b>( - ) Despesas operacionais</b>			<b>651</b>	<b>7</b>		<b>658</b>
Despesas com vendas				7		7
Despesas gerais e administrativas						0
Outras despesas operacionais			651			651
<b>( = ) Resultado do serviço</b>			<b>(974)</b>	<b>986</b>		<b>12</b>
<b>(+/-) Receita (despesa) financeira</b>			<b>(18)</b>	<b>371</b>		<b>353</b>
<b>( = ) Resultado operacional</b>			<b>(992)</b>	<b>1.357</b>		<b>365</b>
<b>( + ) Outras receitas</b>			<b>118</b>	<b>16</b>		<b>134</b>
<b>( - ) Outras despesas</b>			<b>43</b>	<b>20</b>		<b>63</b>
<b>( = ) Lucro/Sobras antes da CS e IR</b>			<b>(917)</b>	<b>1.353</b>		<b>436</b>
( - ) Contribuição social			0			0
( - ) Imposto de renda			0			0
<b>( = ) Lucro/sobras líquidas do exercício</b>			<b>(917)</b>	<b>1.353</b>		<b>436</b>

## 50 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

### 50.1 CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são classificados como:

**Ativos Financeiros**, tendo como categorias: (I) empréstimo e recebíveis, (II) mensurados ao valor justo contra resultado, (III) mantidos até o vencimento e, (IV) disponíveis para venda.

A classificação é realizada com base nos seguintes critérios: I. Empréstimo e recebíveis: São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método de custo amortizado. A cooperativa tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (I) consumidores, e (II) outros créditos a receber. (II). Mensurados ao valor justo contra resultado: São os ativos financeiros que sejam (I) mantidos para negociação para curto prazo, (II) designados a fim de se obter informação contábil mais relevante ou derivativo. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a cooperativa tem, classificados nesta categoria, são disponibilidades e aplicações financeiras. (III). Mantidos até o vencimento: correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definitivos e para os quais a cooperativa tem a intenção de manter o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Cooperativa não possui ativos financeiros classificados na categoria. (IV). Disponíveis para venda: referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em qualquer classificação acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado do exercício.

**Passivos financeiros**, tendo como categorias: (I) mensurados ao valor justo contra resultado e, (II) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios: I. Mensurados ao valor justo contra resultado: são os passivos financeiros que sejam (I) mantidos para negociação de curto prazo, (II) designados a fim de se obter informação contábil mais relevante ou derivativo. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado do exercício. A cooperativa não possui passivos financeiros classificados nesta categoria. II. Não mensurados ao valor justo contra resultado: são os passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima.

Os passivos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (I) fornecedores, (II) empréstimos e financiamentos, (III) encargos de dívida, outras contas a pagar. Considerações sobre riscos: os negócios da cooperativa compreendem, principalmente, distribuição de energia elétrica.

## 50.2 FATORES DE RISCO

Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

**Risco de taxa de câmbio:** A Cooperativa está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu que lhe é repassada pela supridora. O mecanismo de compensação – CVA protege as empresas de eventuais perdas. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

**Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da cooperativa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

**Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco quanto à escassez de energia:** A energia vendida pela sociedade basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Fornecida pela supridora Celesc Distribuição S/A que pode, em função de seus contratos de compra, em momentos não possuir disponibilidade para atender o crescimento de demanda da cooperativa.

## 50.3 GERENCIAMENTO DE RISCOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A cooperativa mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos, inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar às políticas e procedimentos estabelecidos, a cooperativa utiliza-se de sistema de *software* tendo condições de calcular os riscos dos instrumentos e verificar se estão aderentes às políticas, cabendo correções, se necessário.

**Valorização dos instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

## 51 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Índice de Reajuste Tarifário – IRT.

---

**Pedro Deonizio Gabriel**  
*Presidente*

---

**Severiano Antônio Valentim**  
*Secretário*

---

**Daniel Zanolli Vieira**  
*Contador CRC SC.030661/O-7*

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**ATA Nº 37 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA**, realizada aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e onze, para emissão do parecer das demonstrações contábeis e financeiras de dois mil e dez, reuniram-se na sede da cooperativa aliança sito à Rua Ipiranga, 333, no centro de Içara – Santa Catarina, às dezessete horas, os membros do conselho fiscal efetivos: o coordenador Quintino Pavei, o secretário Emanuel Gislon dos Santos Moreira, e Aparecida Ronconi Sartor, e os suplentes: Miguel Estacílio Réus e Alexandre de Souza, para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, parecer dos auditores independentes, relatório da diretoria e outros relatórios referentes ao período entre primeiro de janeiro de dois mil e dez e trinta e um de dezembro do mesmo ano. Depois de procedido os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolvem emitir o seguinte parecer: em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi concedido realizamos exames detalhados dos documentos da cooperativa e trabalhos mensais executados durante o ano de dois mil e dez, dos quais foram realizadas auditorias internas nos diversos setores da entidade e ainda reuniões regulares efetuadas até a presente data. No exercício de nossos trabalhos, tomamos conhecimento de todos os atos praticados pela entidade, incluindo os recursos financeiros obtidos por empréstimos, devidamente autorizados na assembléia geral extraordinária de trinta de outubro de dois mil e nove, para a construção da 69 KV em sanga funda no município de Içara, a qual está em fase de conclusão. Os procedimentos e controles intensos desta subestação foram fiscalizados por este conselho e auditados pela Muller Auditores Independentes, bem como pelos agentes financeiros. Ainda em relação à subestação, informamos que o projeto atende às especificações da ABNT bem como o padrão CELESC. Considerando a relevância dos fatos e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária marcada para dezoito de Fevereiro de dois mil e onze, cujo edital de convocação está sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo estatuto social da cooperativa, este conselho emite parecer favorável, no sentido de que as referidas demonstrações sejam aprovadas pelos associados na Assembléia Geral Ordinária. Nada mais havendo a tratar, o coordenador do conselho fiscal Quintino Pavei deu por encerrada a reunião da qual eu, Emanuel Gislon dos Santos Moreira, secretário lavrei a presente ata que após lida, se aprovada será assinada por mim e demais membros do conselho fiscal. Esta ata é cópia fiel do livro de atas do conselho fiscal nº. 03 folhas 90 v 91 e 91 v.

Içara - SC, 15 de Fevereiro de 2011.

---

**QUINTINO PAVEI**  
**Coordenador**

---

**EMANUEL G. DOS SANTOS MOREIRA**  
**Secretário**

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Ilmos. Srs.**  
**Diretores, Conselheiros e Associados da**  
**COOPERATIVA ALIANÇA**  
**Içara - SC**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA ALIANÇA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da concessionária para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da concessionária. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ALIANÇA** em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Criciúma, 15 de fevereiro de 2011.

**MÜLLER AUDITORES INDEPENDENTES S/S -**  
**CRICIÚMA**  
**CRC/SC-006351/O**



**JOSÉ HENRIQUE EYNG**  
**CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8**  
**CNAI Nº 638**

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### BALANÇO SOCIAL – 2010

A Cooperaliança entende que Responsabilidade Social é muito mais que garantir que o produto da concessionária seja seguro e confiável. É mais do que gerar riquezas e empregos e recolher impostos na condução normal de negócios.

Responsabilidade Social, para a Cooperaliança, é ter compromisso com um conjunto de políticas, programas e ações que não apenas atendam, mas, ultrapassem as exigências legais e éticas no que diz respeito a proteção ambiental e ao desenvolvimento econômico, social, e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo.

Responsabilidade Social é, sobretudo, mais que gestos episódicos de filantropia motivados por considerações de marketing ou relações públicas.

Entregamos, em resumo, um retrato das atividades sociais da empresa em 2010, atividades estas realizadas com profundo compromisso com a ética, transparência, e acima de tudo, com o crescimento baseado na boa prática empresarial.

### ESTENDENDO PARA TODOS OS BENEFÍCIOS DA ELETRICIDADE

A marca registrada da atuação social da concessionária são os programas de eletrificação rural e urbana, levado nos últimos anos à universalização dos benefícios da energia elétrica em sua área de concessão, atingindo 100% da sua área.

### PRESERVANDO E RESTAURANDO O MEIO AMBIENTE

**Construindo redes de distribuição com responsabilidade ambiental** - A concessionária tem atuado de forma exemplar em benefício do meio ambiente, das populações situadas nas áreas de influência de suas obras de engenharia, e das comunidades onde opera.

Em 2010, a concessionária executou amplo programa de deslocamento de redes rurais para orlas de vias de acesso, evitando desta forma o impacto ambiental de supressão da floresta.

**Redes Protegidas ou Linha Verde** - Redes Protegidas, ou Linha Verde, é o sistema de rede de distribuição protegida desenvolvido para substituir a rede convencional onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica. Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A concessionária já conta com 1 Km de rede protegidas.

**Doação de mudas de plantas nativas:** Em 2010, devido a construção da linha de transmissão de 69 KV, a empresa realizou a doação de 500 mudas de árvores nativas como medida compensatória pela passagem da linha

### FILANTROPIA E TRABALHO VOLUNTÁRIO

**Doações do Fates** – O Estatuto Social da concessionária, em seu art. 46º, obriga a cooperativa constituir o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares, e seus empregados, constituído de 5% das sobras líquidas no exercício com associados e o resultado das operações com não associados em sua totalidade. No exercício de 2009, o valor total foi de R\$ 38.797,26 (trinta e oito mil setecentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos), que por determinação da Assembléia Geral Ordinária, de 26 de março de 2010, foram destinados ao Fundo Social e capacitação e treinamentos de funcionários, à disposição do Conselho de Administração para cumprir programas sociais.

**Natal Solidário:** Projeto realizado para levar a luz do natal às crianças menos favorecidas da região em que distribui energia. Todos os anos pelo menos mil crianças são beneficiadas. Em 2010 não foi diferente. Contemplou cerca de mil crianças, distribuídas em creches e comunidades carentes. A Cooperaliança doou também 20 cestas básicas ao Jornal Gazeta, que realiza a distribuição de cestas todos os anos.

**Meu Universo é uma Criança Feliz:** Projeto Social em comemoração ao dia da criança em comunidades carentes. Além de celebrar a data com os mais interessados, as crianças, a Cooperaliança levou, em 2010, ao Bairro Esperança – Içara -, brinquedos, doces, pipoca, cachorro quente e refrigerante para a alegria dos pequenos, e emoção dos adultos. O projeto já faz parte do calendário de eventos da concessionária.

## PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

A Cooperativa Aliança – COOPERALIANÇA executa anualmente seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D -, em conformidade com a Lei nº 9.991/2000, Lei nº 10.438/2002, Lei nº 10.848/2004 e Lei nº 11.465/2007.

A legislação, pertinente ao assunto, determina que as concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica devem aplicar 0,5% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Resolução Normativa nº 316/2008 da ANEEL, aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e estabelece demais providências relativas ao P&D.

Um dos objetivos do Programa de P&D é a elaboração de projetos pautados pela busca de inovações, para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica.

No ano de 2010, a Cooperaliança, em parcerias com Cooperativas e instituições tecnológicas, está realizando o estudo do Sistema Integrado para diagnóstico de faltas permanentes em sistemas de distribuição urbanos e rurais baseado em cálculos elétricos.

A motivação deste projeto de pesquisa e desenvolvimento - P&D é prover uma nova formulação analítica em conjunto com um sistema integrado (hardware+software) para a localização de faltas (LF) em sistemas de distribuição Urbanos (SDU) e sistemas de distribuição rurais (SDR) a partir de medições na subestação de suprimento (ou seja, em somente uma extremidade), considerando as características específicas do sistema de distribuição (SD).

O valor da participação da Cooperaliança no projeto será de R\$ 340 mil reais.

A Cooperaliança investiu até 31/12/2010 o valor de R\$ 83 mil reais.

## PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

**Atendimento a Comunidade de Baixa Renda** – Foi executado em 2010, o Projeto de “Doação de LFC’s (lâmpadas fluorescentes compactas)” para substituição de lâmpadas incandescentes, sendo que foram distribuídas e instaladas 1.200 lâmpadas de LFC’s de 15W/200V e 1.200 lâmpadas de LFC’s de 20W/200V, com selo PROCEL/INMETRO, totalizando 2.400 unidades de lâmpadas, atendendo a 600 Unidades Consumidoras, e na “Doação de Refrigeradores (de uma porta) Novos”, eficientes, em substituição de refrigeradores velhos ou em péssimo estado de conservação. Foram distribuídos 170 refrigeradores de classificação do selo PROCEL/INMETRO, categoria “A”, e na conscientização dos consumidores quanto ao uso seguro e racional da energia elétrica, através da entrega de folders e cartilhas educativas.

O valor investido neste projeto de PEE foi de R\$ 244 mil reais.

Para 2011, o Projeto tem como meta beneficiar mais 200 famílias de baixa renda, com a substituição de Refrigeradores, 700 famílias com lâmpadas fluorescentes compactas (LFC’s) e também serão realizadas 20 reformas e ou instalações nos padrões de entrada de energia elétrica.

**Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE)** - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou, em 27 de julho de 2010, a Resolução Normativa nº 407, que estabelece as condições de aplicação da Tarifa Social

de Energia Elétrica (TSEE) para as unidades consumidoras classificadas nas Subclasses Residencial Baixa Renda, conforme determina a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010.

Atualmente para ter acesso ao desconto na conta de luz, é necessário que a família atenda a um dos seguintes critérios:

- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e com renda mensal de até  $\frac{1}{2}$  Salário mínimo por pessoa e que possua NIS; ou
- Usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC): Idoso a partir de 65 anos ou portadores de necessidades especiais amparados por Lei e com renda familiar de até  $\frac{1}{4}$  do Salário mínimo por pessoa com Número de Identificação do Trabalhador (NIT) / Número do Benefício (NB); ou
- Família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com portadores de doenças que fazem uso continuado de aparelhos elétricos para preservação da vida com renda familiar de até 3(três) Salários Mínimos, que tenham NIS e obrigatoriamente comprovar o uso continuado de equipamentos; ou
- Índios com Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI) e NIS, e Quilombolas com NIS.

O desconto é progressivo, diferenciado conforme a faixa de consumo, variando de 10% à 65% até o limite de 220kw/h.

**Programa de estagiários** - Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a concessionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino. No ano de 2010 foram contemplados 03 estagiários.

## DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2010

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

(Valores expressos em milhares de reais)

			2010			2009
			R\$ mil			R\$ mil
<b>1 - Base de cálculo</b>						
Receita Líquida (RL)			38.661			37.048
Sobra Operacional (SO)			12			432
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			5.005			5.344
			2010			2009
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
<b>Alimentação</b> - Auxílio alimentação e outros	312	6,23	0,81	332	6,21	0,90
<b>Encargos sociais compulsórios INSS/FGTS</b>	1.854	37,04	4,80	1.256	23,50	3,39
<b>Saúde</b> - Convênio assistencial e outros benefícios	211	4,22	0,55	201	3,76	0,54
<b>Seguro de vida</b>	19	0,38	0,05	24	0,45	0,06
<b>Roupas Profissionais e transporte</b>	13	0,26	0,03	95	1,78	0,26
<b>TOTAL</b>	<b>2.409</b>	<b>48,13</b>	<b>6,24</b>	<b>1.908</b>	<b>35,75</b>	<b>5,15</b>
			% sobre			% sobre
<b>3 - Indicadores sociais externos</b>	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
Doações e contribuições	58	483,33	0,15	58	13,42	0,16
<b>Total de contribuições para a sociedade – ICMS</b>	<b>11.095</b>	<b>92.458</b>	<b>28,70</b>	<b>10.149</b>	<b>2.349</b>	<b>27,39</b>
<b>Tributos - excluídos encargos sociais</b>	<b>241</b>	<b>2.008</b>	<b>0,62</b>	<b>215</b>	<b>49,77</b>	<b>0,58</b>
<b>Tributos – PIS</b>	43	358	0,11	38	8,80	0,10
<b>Tributos – COFINS</b>	198	1.650	0,51	177	40,97	0,48
<b>TOTAL</b>	<b>11.394</b>	<b>94.949,33</b>	<b>29,47</b>	<b>10.422</b>	<b>2.400,20</b>	<b>28,13</b>
			% sobre			% sobre
<b>4 - Indicadores ambientais</b>	R\$ mil	SO	RL	R\$ mil	SO	RL
<b>Relacionamento com a operação da empresa</b>						
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	186	1.550	0,48	230	53,24	0,62
Programa de Combate ao desperdício de Energia Elétrica	186	1.550	0,48	338	78,24	0,91
<b>TOTAL</b>	<b>372</b>	<b>3.100</b>	<b>0,96</b>	<b>568</b>	<b>131,48</b>	<b>1,53</b>



## DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL - 2010

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

	2010	2009
	Em unidades	Em unidades
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>		
<b>Empregados no final do período</b>	113	108
<b>Escolaridade dos empregados</b>		
Superior e extensão universitária	40	38
2º grau	48	41
1º grau	40	29
<b>Faixa etária dos empregados</b>		
Abaixo de 30 anos	35	32
De 30 até 45 anos (exclusive)	43	41
Acima de 45 anos	38	35
<b>Admissões durante o período</b>	07	08
<b>Mulheres que trabalham na empresa</b>	26	22
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	12	9,00
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	23	20,00
<b>Negros que trabalham na empresa</b>	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	-	-
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	-	-
<b>Portadores de deficiência física</b>	2	2
<b>Dependentes</b>	141	163
<b>Estagiários</b>	3	1,00
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>		
<b>Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa</b>	7.410,48	7.570,75
<b>Acidentes de trabalho</b>	2	2
Nos processos de gestão da empresa os órgãos de decisão em 2010 e 2009 foram:	Conselho de Administração	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	Assembléia Geral	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	Cipa	

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **18 de fevereiro de 2011**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, Centro, nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social – às **17:00** horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18:00** horas em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus associados ou às **19:00** horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de **2010**, compreendendo:

- a)- Relatório da Gestão;
- b)- Balanço Patrimonial;
- c)- Demonstrativo das sobras apuradas no exercício.

2) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2010.

3) Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração período **2011/2014**, Conselho Fiscal período **2011** e Delegados Representantes junto à FECOERUSC período **2011/2014**.

4) Fixação de Pró-Labore ao Presidente e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.

5) Plano de Investimento para o exercício de 2011.

6) Plano de Aplicação dos Recursos do FATES.

7) Autorização para venda dos seguintes bens do Ativo Imobilizado:

a) 01 (um) Veiculo Palio 1.0 Fire Flex, marca Fiat, cor Branco, Chassis 9BD17103G62620424, Ano 2005, Mod. 2006, Placa MCW 5305, Comb. Flex; e

b) 01(um) Veiculo Daily 55.16, marca Iveco, cor branco, Chassis 93ZC53b0188401201, Ano 2007, Mod.2008, Placa MFV 9189, Diesel.

8) Assuntos Gerais.

#### Observações:

a) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui **32.875** associados.

b) A Assembléia Geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia **19/02/2011** (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.

c) As eleições constantes do item 03, deste edital, terão início às 08:00 horas e se encerrarão às 17:00 horas do dia **19/02/2011**.

d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos e do Ginásio de Esportes da referida escola, sites na Rua Duque de Caxias, 147, Centro, Município de Içara, onde votarão todos os Associados aptos.

e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à FECOERUSC, deverão compor chapas e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da COOPERALIANÇA**, até às **18:00** horas do dia **08 de Fevereiro 2011**.

f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução **Nº 31 do CNC** (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.

g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados, na Sede Social, a partir da data de publicação deste edital e através da internet no site [www.cooperalianca.com.br](http://www.cooperalianca.com.br).

h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.

i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.

j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.

k) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia 19/02/2011 não habilitam os associados a exercer direito de voto.

l) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia 18/02/2011, deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria.

**Içara, SC, 28 de JANEIRO de 2011.**



**PEDRO DEONIZIO GABRIEL**  
Presidente

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL

CNPJ: 83.647.990/0001-81  
NIRE: 42.4.0000375-3

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**, realizada aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro do ano de 2.011 (dois mil e onze), nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), nesta cidade de Içara, SC, em terceira e última convocação, às 19:00 (dezenove) horas, com a presença de 791 (setecentos e noventa e um) associados aptos a votar, conforme assinaturas apostas no livro de presença. A assembleia geral ordinária teve sua convocação determinada pelo Conselho de Administração conforme edital abaixo transcrito: O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **18 de fevereiro de 2011**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, Centro, nesta cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social – às **17:00** horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18:00** horas em segunda convocação com a presença de metade mais um de seus associados ou às **19:00** horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA: 1)** (primeiro) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de **2010** (dois mil e dez), compreendendo: a) Relatório da Gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício. **2)** (segundo) Destinação das sobras apuradas no exercício de 2010 (dois mil e dez). **3)** (terceiro) Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração período **2011/2014** (dois mil e onze/dois mil e quatorze), Conselho Fiscal período **2011** (onze) e Delegados Representantes junto à FECOERUSC período **2011/2014** (dois mil e onze/dois mil e quatorze). **4)** (quarto) Fixação de Pró-Labore ao Presidente e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados. **5)** (quinto) Plano de Investimento para o exercício de 2011 (dois mil e onze). **6)** (sexto) Plano de Aplicação dos Recursos do FATES. **7)** (sétimo) Autorização para venda dos seguintes bens do Ativo Imobilizado: a) 01 (um) Veículo Palio 1.0 Fire Flex, marca Fiat, cor Branco, Chassis 9BD17103G62620424, Ano 2005 (dois mil e cinco), Mod. 2006 (dois mil e seis), Placa MCW 5305, Comb. Flex; e b) 01 (um) Veículo Daily 55.16, marca Iveco, cor branco, Chassis 93ZC53b0188401201, Ano 2007 (dois mil e sete), Mod.2008 (dois mil e oito), Placa MFV 9189, Diesel. **8)** (oitavo) Assuntos Gerais. **Observações:** a) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui **32.875** (trinta e dois mil oitocentos e setenta e cinco) associados. b) A Assembleia Geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia **19/02/2011** (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos. c) As eleições constantes do item 03 (terceiro), deste edital, terão início às 08:00 (oito) horas e se encerrarão às 17:00 (dezessete) horas do dia **19/02/2011**. d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos e do Ginásio de Esportes da referida escola, sites na Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), Centro, Município de Içara, onde votarão todos os Associados aptos. e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à FECOERUSC, deverão compor chapas e inscrevê-las junto à **Secretaria Geral da COOPERALIANÇA**, até às **18:00** (dezoito) horas do dia **08 (oito) de Fevereiro 2011** (dois mil e onze). f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução **Nº 31** (trinta e um) **do CNC** (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes. g) Os documentos a serem apreciados no item 01 (primeiro) da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados, na Sede Social, a partir da data de publicação deste edital e através da internet no site [www.cooperalianca.com.br](http://www.cooperalianca.com.br). h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa. i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. k) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia 19/02/2011 não habilitam os associados a exercer direito de voto. l) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia 18/02/2011, deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria. Içara, SC, 28 (vinte e oito) de janeiro de 2011 (dois mil e onze). *Pedro Deonizio Gabriel*. Iniciando o trabalho de

instalação da assembléia, o Presidente Pedro Deonizio Gabriel cumprimentou os presentes e passou a compor a mesa convidando os Srs. Juscelino Dagostim, Vice-Presidente, Severiano Antonio Valentim, Secretário, Quintino Pavei, Coordenador do Conselho Fiscal, Tarcisio Lima, Gerente Administrativo, Gentil Dory da Luz, Prefeito Municipal de Içara, SC, Renato Manenti, Vice-Presidente da FECOERUSC e Valdemar Venturi, coordenador geral da FECOERUSC. Logo após, o Presidente solicitou à assembléia a aprovação do nome do Sr. Tarcisio Lima para condução dos trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, foi feita a leitura do edital de convocação, já transcrito nesta ata, bem como da carta circular expedida aos associados, e foram apresentados exemplares do jornal Içarense edição Nº 2.034 (dois mil e trinta e quatro), Jornal Gazeta edição nº 388 (trezentos e oitenta e oito), jornal da manhã edição nº 8116 (oito mil cento e dezesseis), e a Tribuna do Dia, todos do dia 28 (vinte e oito) de janeiro de 2011 (dois mil e onze), comprovando a divulgação prevista no estatuto social. Em seguida, foi feita a leitura do **primeiro item** da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do Conselho de Administração compreendendo: Relatório da Gestão; Balanço Patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas no exercício. Para apresentar o relatório, o Presidente convidou o Sr. Edmilson Maragno, responsável técnico do setor de distribuição de energia elétrica e o Sr. Daniel Vieira, Contador. Realizada a apresentação pelos referidos profissionais, o Sr. Emanuel Gislon dos Santos Moreira, secretário do Conselho Fiscal, fez a leitura do parecer do conselho fiscal referente às contas apresentadas. Lido o parecer opinando pela aprovação das contas, foi aberto espaço para perguntas e debates sobre as contas, não tendo havido manifestações. Para presidir a votação deste item primeiro, a assembléia aprovou o nome do associado Danúbio Gervásio Vieira, que, assumindo a presidência da assembléia, colocou em discussão e votação as contas do exercício de 2.010 (dois mil e dez), que foram aprovadas por unanimidade de votos. Após, foi feita a leitura do **item segundo** da ordem do dia, que se refere à destinação das sobras do exercício de 2.010 (dois mil e dez) no valor de R\$ 207.470,18 (duzentos e sete mil e quatrocentos e setenta reais e dezoito centavos). Após discussão e votação, a assembléia aprovou por unanimidade a destinação de R\$ 207.470,18 (duzentos e sete mil e quatrocentos e setenta reais e dezoito centavos), ao fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição. Dando-se continuidade à assembléia, foi feita a leitura do **item terceiro** da ordem do dia que se refere à eleição e posse dos componentes do conselho de administração período 2011/2014 (dois mil e onze/dois e quatorze), conselho fiscal período 2011 (dois mil e onze) e delegados representantes junto a FECOERUSC período 2011/2014 (dois mil e onze/dois mil e quatorze). Informou-se à Assembléia que houve a apresentação de duas chapas com os seguintes membros: **Conselho de Administração – Chapa 01: Presidente: Pedro Deonizio Gabriel**, matrícula 1.059; **Vice Presidente: Jorge Rodrigues**, matrícula 8.465; **Secretario: Severiano Antonio Valentin**, matrícula 17.451; **Conselheiro: Juscelino Dagostin**, matrícula 15.048; **Conselheiro: Pedro Luiz da Luz**, matrícula 9.151; **Conselheiro: Hilário Dalmolin**, matrícula 2.978; **Conselheiro: Silvio João Viana**, matrícula 9.077; **Conselheiro: Claudio Blissari**, matrícula 10.633; **Conselho Fiscal Efetivos Chapa 01: Edu Eduviges de Souza**, matrícula 11.480; **Olívio Natalício Pereira**, matrícula 10.808; **Gelson Possamai**, matrícula 27.005; **Conselho Fiscal Suplentes Chapa 01: Tarcisio Marangoni**, matrícula 18.722; **João Picollo**, matrícula 32.239; **Sebastião Geraldo da Silva**, matrícula 13.343; **Delegados Efetivos Chapa 01: Everaldo Borges Réus**, matrícula 16.114; **Quintino Pavei**, matrícula 6.342; **Delegados Suplentes Chapa 01: Wagner Pereira Pizzetti**, matrícula 21.296; **Evanir Calegari**, matrícula 26.234; **Conselho de Administração – Chapa 02: Presidente: Cleber Luiz Oliveira da Silva**, matrícula 20.699; **Vice Presidente: Claudionor Estácio Rafael**, matrícula 15.824; **Secretario: Airton Luiz Dal Toé**, matrícula 8.602; **Conselheiro: Valdir Bernardino Borges**, matrícula 9.764; **Conselheiro: Francisco Carlos Girardi**, matrícula 26.666; **Conselheiro: Enio Duarte de Souza**, matrícula 34.715; **Conselheiro: Tairson de Souza**, matrícula 25.916; **Conselheiro: Laudir Brogni**, matrícula 24.839; **Conselho Fiscal Efetivos Chapa 02: Paulo Sergio Ezequiel**, matrícula 31.914; **Anselmo Smielevski**, matrícula 16.470; **Julio Cesar Pizzetti**, matrícula 36.514; **Conselho Fiscal Suplentes Chapa 02: Paulo Roberto Speck**, matrícula 19.952; **Valentim Martinello**, matrícula 31.009; **Edson Ricardo Toretti**, matrícula 29.844; **Delegados Efetivos Chapa 02: Valdoni Tiesen Prudencio**, matrícula 31.079; **Diogo Bitencourt Valvassori**, matrícula 36.367; **Delegados Suplentes Chapa 02: Anderson Rosso Batista**, matrícula 30.213; **Wagner Venerio**, matrícula 32.589. Feita a leitura das chapas, foi lembrado aos associados que a votação ocorrerá no dia 19 de fevereiro de 2.011, das 08:00 às 17:00 horas, neste mesmo local, sendo os eleitos empossados após o término da apuração, de forma a cumprir as disposições contidas no **item terceiro** do edital de convocação. Em seguida, foi feita a leitura do **item quarto** da ordem do dia que se refere à fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e delegados representantes junto a FECOERUSC. Foi apresentada pelos associados Vamilson Manoel Pacheco e Valmor Ângelo Rosso proposta de fixação dos seguintes valores, que foram aprovados por unanimidade: (a) R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais) de pró-labore ao Presidente; (b) R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) para a cédula de presença por comparecimento às reuniões ordinárias dos membros do Conselho de Administração, Conselho

Fiscal e Delegados junto à FECOERUSC. Em seguida, foi feita a leitura do **item quinto** da ordem do dia que trata do plano de investimentos para o exercício de 2.011 (dois mil e onze). O engenheiro Edmilson Maragno apresentou o plano de investimento que é peça integrante do relatório do Balanço Geral de 2.010 (dois mil e dez) e que prevê a aplicação de R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais). Esclarecidas as dúvidas e posto em votação, o plano foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, foi lido o **item sexto** da ordem do dia que trata do plano de aplicação dos recursos do FATES. Foi aprovada por unanimidade a proposta para que os recursos do FATES fiquem à disposição do Conselho de Administração. Após, foi feita a leitura do **item sétimo** que se refere à alienação de bens do ativo imobilizado. Colocada em discussão e votação a matéria, foi aprovada por unanimidade a venda dos seguintes veículos: (a) 01 (um) Veículo Palio 1.0 Fire Flex, marca FIAT, cor branco, ano fabricação 2005, ano modelo 2006, placa MCW 5305, combustível flex e chassi nº 9BD17103G62620424 e (b) 01 (um) veículo Daily 55.16, marca Iveco, cor branco, ano de fabricação 2007, ano modelo 2008, combustível Diesel, placa MFV 9189 e chassi nº 93ZC53B0188401201. Em seguida, foi realizada a leitura do **item oitavo** que se refere aos assuntos gerais. Fazendo uso da palavra, o associado Adalberto Pizzetti sugeriu que o Conselho de Administração consultasse a Assembléia Geral antes de renovar contrato com a ANEEL em 2.015. O Presidente agradeceu a presença dos associados e comunicou que a assembléia continuará em aberto até as 17:00 (dezesete) horas do dia 19 (dezenove) de fevereiro de 2.011, quando se encerra a votação. Realizada a eleição, verificou-se que votaram 4.371 (quatro mil, trezentos e setenta e um) associados e apurou-se o seguinte resultado: (a) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: CHAPA 01 – 3.404 (três mil, quatrocentos e quatro) votos; CHAPA 2 – 831 (oitocentos e trinta e um) votos; BRANCOS: 92 (noventa e dois) votos; NULOS – 44 (quarenta e quatro) votos; (b) CONSELHO FISCAL: CHAPA 01 – 3.287 (três mil, duzentos e oitenta e sete) votos; CHAPA 2 – 843 (oitocentos e quarenta e três) votos; BRANCOS: 200 (duzentos) votos; NULOS – 41 (quarenta e um) votos; (c) DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FECOERUSC: CHAPA 01 – 3.257 (três mil, duzentos e cinquenta e sete) votos; CHAPA 2 – 829 (oitocentos e vinte e nove) votos; BRANCOS: 249 (duzentos e quarenta e nove) votos; NULOS – 36 (trinta e seis) votos. Face ao resultado da votação, foram declarados eleitos e empossados como membros do Conselho de Administração para o período 2.011/2014 os integrantes da CHAPA 01 (um), como membros do Conselho Fiscal para o período 2.011 os integrantes da Chapa 01 (um) e como Delegados Representantes junto à FECOERUSC para o período 2.011/20.014 os integrantes da CHAPA 01 (um), conforme a seguinte nominata:

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Presidente: Pedro Deonizio Gabriel**, brasileiro, casado com CUB, administrador, portador da C.I. nº 259.306 SSP-SC, inscrito no CIC sob o nº 063.429.309-53, residente e domiciliado à Praça Castelo Branco, nº 182, Centro, Içara, SC; **Vice Presidente: Jorge Rodrigues**, brasileiro, casado com CUB, empresário, portador de C.I. nº 6R/502.526 SSP-SC, inscrito no CIC sob nº 341.186.409-53, residente e domiciliado a rodovia Paulino Búrigo, nº 840, Vila Nova, Içara, SC; **Secretario: Severiano Antonio Valentin**, brasileiro, casado com CUB, Mineiro Aposentado, portador da cédula de identidade n.º450.075, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 203.853.820-49, residente a Rua Marcos Luiz, N.º283, Bairro Vila Nova – Içara – SC.; **Conselheiro: Juscelino Dagostin**, brasileiro, casado com CUB, Agricultor, portador da cédula de identidade n.406.103-9, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 344.759.749-68, residente a Rua Geral, S/N, Bairro Novo Caravaggio – Içara – SC; **Conselheiro: Pedro Luiz da Luz**, brasileiro, casado, com CUB, Comerciante, portador da cédula de identidade n.º1.524.885-2, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 523.360.699-20, residente a Rod Paulino Burigo N.º565, Bairro Pedreiras – Içara – SC; **Conselheiro: Hilário Dalmolin**, brasileiro, casado com CUB, Agricultor, portador da cédula de identidade n.º262.747-7, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 008.842.009-49, residente a Rua Geral, S/n, Bairro Ponta do Mato – Içara – SC; **Conselheiro: Silvio João Viana**, brasileiro, casado com CUB, Agricultor, portador da cédula de identidade n.º426.463, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 375.874.809-78, residente a Rua Geral, S/N, Bairro Coqueiros – Içara – SC; **Conselheiro: Claudio Blissari**; brasileiro, casado com CUB, Comerciante, portador da cédula de identidade n.º07017359386, expedida pela SSP-RS, inscrito no CPF sob N.º 401.324.399-72, residente a Rua Antonio Deca, N.º87, Bairro Vila Nova – Içara – SC; **CONSELHO FISCAL: Conselheiros Fiscais Efetivos: Edu Eduviges de Souza**, brasileiro, casado com CUB, Agricultor, portador da cédula de identidade n.º2.366.211, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 693.727.139-53, residente a Rod ICR 350, N.º100, Bairro Poço Oito, Bairro Vila Nova – Içara – SC; **Olívio Natalício Pereira**, brasileiro, casado com CUB, Marcineiro, portador da cédula de identidade n.º1.749.009, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 550.961.909-00, residente a Rua São Paulo N.º974, Bairro Balneário Rincão – Içara – SC; **Gelson Possamai**, brasileiro, casado com Regime parcial de bens, Téc. em Radiologia, portador da cédula de identidade n.º2.807.741, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 806.462.479-72, residente a Rod ICR 357 N.º5001, Bairro Rio dos Anjos – Içara – SC; **Conselheiros Fiscais Suplentes: Tarcisio Marangoni**, brasileiro, casado com CUB, Gerente Industrial, portador da cédula de identidade n.º966.418, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 344.228.979-34, residente a Rua Evaristo Piazza, N.º352, Bairro Raichaski – Içara

– SC; **João Picollo**, brasileiro, divorciado, Pescador, portador da cédula de identidade n.º897.565, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 220.402.349-34, residente a Rua Nossa Senhora dos Navegantes N.º686, Bairro Balneário Rincão – Içara – SC; **Sebastião Geraldo da Silva**, brasileiro, casado com CUB, Servidor público, portador da cédula de identidade n.º165.465, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 303.207.559-91, residente a Rua C, S/N, Bairro Balneário Rincão – Içara – SC; **DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO À FECOERUSC:**  
**Delegados Efetivos: Everaldo Borges Réus**, brasileiro, casado com CUB, Servidor Público, portador da cédula de identidade n.º1.742.878, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 542.150.649-53, residente a Rua São Donato N.º498, Apto 101, Bairro Centro – Içara – SC; **Quintino Pavei**, brasileiro, casado com CUB, Servidor Público, portador da cédula de identidade n.º181.942, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 179.386.279-68, residente a Rua Marcos Rovaris N.º1440, Bairro Primeiro de Maio – Içara – SC; **Delegados Suplentes: Wagner Pereira Pizzetti**, brasileiro, casado com CUB, Assessor Parlamentar, portador da cédula de identidade n.º3.019.001, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 022.328.649-44, residente a Rua João Pizzetti N.º126, Bairro Nossa Senhora de Fatima – Içara – SC; **Evanir Calegari**, brasileiro, casado, Regime Parcial de Bens, Servidor Público, portador da cédula de identidade n.º1.937.468, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 496.379.089-00, residente a Rua Antonio Bernardo N.º22, Bairro Vila Nova – Içara – SC. Os eleitos para o Conselho de Administração, para o Conselho Fiscal e os Delegados representantes junto a FECOERUSC declaram que: a) “*não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade*”, b) “*não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral*”, c) “*não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do Conselho de Administração*”. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a assembléia, e esta ata após lida e aprovada foi assinada, por mim secretário, pelo Presidente e pelos 10 (dez) associados indicados pela assembléia. Esta ata foi produzida por meio eletrônico.

Içara, SC, 19 (dezenove) de fevereiro de 2011.

---

**Pedro Deonizio Gabriel**  
Presidente

---

**Severiano Antônio Valentim**  
Secretário



## **PARTICIPAÇÕES**

### **Direção Geral e Produção**

Daniel Vieira - Contador

### **Supervisão**

Tarcisio Lima – Gerente Administrativo

### **Colaboração**

Edmilson Maragno - Departamento Técnico

Janaina Barbosa Munaretto Pavei - Departamento Comercial

Valdirene Teixeira Cardoso – Departamento Financeiro

Cláudia Rosane Ronualdo Alexandrino - Departamento de Segurança do Trabalho

Tais Fernandes Pacheco – Departamento de Comunicação

Edson José Adriano - Departamento de Recursos Humanos

### **Auditoria**

Müller Auditores Independentes S.S.

### **Roteiro Editorial e Conteúdo**

Lei nº 5.764/1971

Resolução CFC nº 1.255/09

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Resolução ANEEL 396/10

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC

Ofício circular nº. 4.07/2009 de 30/12/2010 SFF/ANEEL.

Estatuto Social da Cooperaliança.

### **Agradecimentos**

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Departamento Técnico e Engenharia

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de TI

Departamento Comercial

Funcionários da Cooperaliança em geral

Useall Software